



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

O JORNALISMO QUE PREMIAMOS:

O RIO DE JANEIRO SEGUNDO O JORNAL NACIONAL

UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DA CIDADE EM QUE VIVEMOS E SEUS
SUJEITOS VIOLENTOS

LUIZA MACHADO TOSCHI

Rio de Janeiro

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

O JORNALISMO QUE PREMIAMOS:

O RIO DE JANEIRO SEGUNDO O JORNAL NACIONAL

UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DA CIDADE EM QUE VIVEMOS E SEUS
SUJEITOS VIOLENTOS

Monografia submetida à Banca de Graduação,
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

LUIZA MACHADO TOSCHI

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

TOSCHI, Luiza Machado.

O jornalismo que premiamos: o Rio de Janeiro segundo o Jornal Nacional – um estudo sobre a produção da cidade e seus sujeitos violentos. Rio de Janeiro, 2011.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O jornalismo que premiamos: o Rio de Janeiro segundo o Jornal Nacional – um estudo sobre a produção da cidade e seus sujeitos violentos**, elaborada por Luiza Machado Toschi.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Márcio Tavares D’Amaral
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Henrique Antoun
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2011

TOSCHI, Luiza Machado. O jornalismo que premiamos: o Rio de Janeiro segundo o Jornal Nacional – um estudo sobre a produção da cidade e seus sujeitos violentos.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO.

Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho investiga a produção o envolvimento do jornalismo no contexto de produção das narrativas de nossas vidas, na tentativa de apreender de sua prática a relação com nossas angústias diárias e dinâmicas sociais. A análise dos vídeos da cobertura premiada do Jornal Nacional pelo Emmy Internacional de Jornalismo sobre a retomada do Complexo do Alemão indica entendimentos sobre a construção subjetiva contingencial e as interações entre o jornalismo que premiamos e o Estado. A investigação proposta atravessa as questões de produção de subjetividade e a mediação das experimentações da cidade e dos encontros com o outro, para abordar a construção imanente de violência no Rio de Janeiro e o uso da polícia como dispositivo de governabilidade e controle social. Buscamos intuições sobre as questões de mobilidade e contexto de sistema para supor porque desejamos e premiamos a sensação de conquista de nossas próprias vidas materializadas na reconquista do território do Complexo do Alemão.

Agradeço, claro e sempre

aos meus pais, Wálria e Fernando, pela perseverança no investimento em minhas aventuras, por financiarem a economia de minhas emoções e pelo amor, enfim;

aos meus irmãos, Laura e Guilherme, pelo estímulo sorridente e curioso, pelos apertos e desapertos e, claro, por serem tão chiques;

à Julianna, por nosso afeto incontornável: pelo foco, pela experimentação e deslocamentos insuspeitados;

à Adriana, que me mobiliza para essa aventura que é viver entre Nárnia e o mundo dos homens;

ao quarteto do Mistério do Planeta por guardar esse segredo comigo – e pelo afeto alegre;

aos meus companheiros de LCE e PET, todos;

aos meus tutores, especialmente Victoria Brant e Mohammed ElHajji, por mediarem minha relação com a academia, mas principalmente sua articulação com o mundo das realidades coletivas;

aos meus muitos e incansáveis amigos, que deram grandes colaborações não só para esta monografia, mas me encorajando a me (re)colocar no mundo: olhando para o jornalismo com os olhos bem abertos e olhando para este ritual de passagem com a alegria da destruição das formas. Dos mais assíduos neste momento, alguns representantes: os desbravadores Alexandre Sá, Fernanda Salvador, Inês Rugani, Ricardo Senra, Sofia Zanforlin; Adriano Belisário, Bruna Senos e Mariana Mello que me renovaram as idéias; Mariah Queiroz pela generosidade e prontidão em todos os auxílios; Mariana Borgerth pela generosidade do abrigo; Erick Dau pela certeza da conquista; além da incrível e destemida Livia Cunto, esta grande companheira e entusiasta de minhas cores.

Dedico este trabalho à minha avó,

Dona Glorinha,

por seus legumes coloridos.

SUMÁRIO

1. PARA INTRODUIZIR

2. PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: APONTAMENTOS TEÓRICOS DA VIDA CONTEMPORÂNEA

2.1 A PRODUÇÃO DO SUJEITO QUE SOMOS

2.2 O CAPITALISMO E SUAS FORMAS CAPITALÍSTICAS

2.3 SOCIEDADE DISCIPLINAR E AS DINÂMICAS DE CREDIBILIDADE E VIGILÂNCIA

2.4 SOCIEDADE DE CONTROLE E O PRAZER SOFRIDO

3. ESTAR NO MUNDO DE CONTROLE E OUTRAS INQUIETAÇÕES

3.1 O HOMEM CONTEMPORÂNEO E SUA ESTRANHA FORMA DE VIDA

3.2 AS CIDADES IMPOSSÍVEIS

4. O AGENDAMENTO DA MÍDIA E A VIDA QUE ACEITAMOS

5. NOTÍCIA E VIOLÊNCIA, UM CONTO URBANO: A PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

5.1 A QUESTÃO DA FAVELA NA MÍDIA

5.2 O CASO DOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS

5.3 A QUESTÃO DA COBERTURA E SUA PRODUÇÃO DE PRECONCEITOS

5.3.1 DIA 24 DE NOVEMBRO – O QUE QUEREM OS BANDIDOS?

5.3.2 DIA 25 DE NOVEMBRO – UMA PRIMEIRA VITÓRIA

5.3.3 DIA 26 DE NOVEMBRO – A EXPANSÃO MILITARISTA

5.3.4 DIA 27 DE NOVEMBRO – O ULTIMATO E A COVARDIA

5.3.4 DIA 29 DE NOVEMBRO – A REDENÇÃO E A VIDA DE TODO DIA

6. PARA TECER CONCLUSÕES

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8. ANEXOS

1. Para introduzir

O fato de as polícias militar e civil desrespeitarem os direitos humanos em solo favelado carioca é por demais forte simbolicamente para eu não me abalar: o Complexo do Alemão.

Este trabalho parte da necessidade de postar perguntas diante das miríades de verdades que a sociedade contemporânea acredita poder ter encontrado a respeito da vida. Menos genericamente, este trabalho procura entender a produção do sujeito que somos, as inquietações de estar no mundo e esta maquínica intuição empresarial da felicidade que embasa todas as tomadas de decisão a respeito de nossa própria existência. Buscando clareza, este trabalho quer investigar a produção das narrativas de nossas vidas e o envolvimento do jornalismo neste contexto – sem alcunhá-lo como responsável por esta ou aquela impressão de mundo, mas buscando depreender de sua prática a relação com nossas angústias diárias e as outras dinâmicas sociais de que tratamos. Mais precisamente, este trabalho busca entender como é possível estar na cidade do Rio de Janeiro e não viver em estado de aflição; não aplaudir a invasão das favelas e a remoção de comunidades; não se deixar inflamar pelos discursos que dizem que estamos sendo salvos de nossos inimigos por meio de polícias pacificadoras. Este trabalho intui que polícia pacificadora, terrorismo humanitário e humanismo de terror operam basicamente com a mesma intenção: o controle social.

Em 26 de setembro de 2011 a cobertura do Jornal Nacional da “Retomada do Complexo do Alemão pelo Estado” ganhou nos Estados Unidos o Emmy Internacional de Jornalismo. Isto significa que o que se produziu de informação e notícia a respeito da ação da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro nas favelas da Zona Norte da capital não apenas causou grandes impactos na cidade como no mundo.

Partindo dos vídeos produzidos começamos a tentar montar o contexto da cidade. As dinâmicas, fluxos e discursos do Rio de Janeiro nos indicam um pouco a respeito do governo de seus cidadãos. Buscamos intuições sobre as questões de mobilidade e contexto de sistema para supor porque desejamos, aplaudimos e premiamos a sensação de conquista de nossas próprias vidas materializadas através da reconquista do território do Complexo do Alemão.

Este trabalho se dispõe a vislumbrar alguns caminhos possíveis para o entendimento desta realidade e de outras. Procuramos saber que sujeito é este contemporâneo, que tipo de produção subjetiva está em nós. A partir deste ponto, buscamos traçar algumas das inquietações de estar neste mundo: que possibilidades se abrem diante de nós, e quantas outras estão excluídas da dinâmica em que nos encontramos? Como multiplicar as propostas

do mundo? Em que espaços circulamos? O que oferecemos aos encontros? Estamos lidando com as dívidas ou apenas com os benefícios de nossa vida social? Vivemos coletivamente?

Este trabalho não se propõe a fazer estudo sobre a recepção das práticas jornalísticas – já partimos de alguns princípios dados a respeito dela. Buscamos neste ponto entender a que dinâmicas pertence a construção das narrativas que vemos hoje, principalmente nos jornais e telejornais das Organizações Globo, que tem a dominância dos assuntos e o maior Ibope em seus jornais. É preciso entender que jornalismo se está pretendendo fazer hoje; com que tipo de pessoas as notícias parecem estar dialogando; que tipo visão de mundo se tem ao se produzir esta ou aquela notícia; em nome de quê faz-se este ou aquele uso da cidade; porque relações se constrói os espaços públicos; que tipo de direitos e reivindicações passam a ser autorizadas quando se assume esta forma de ver o mundo, mas principalmente que tipo é desautorizado ou enfraquecido. Afinal o que faz o jornalismo das Organizações Globo ser o que é hoje? Quais são seus princípios editoriais? A que ele serve? Que forças se articulam nesta prática?

Buscamos conquistar um território vasto de intuições a respeito destas questões. Convidamos uma série de autores para dialogar sobre o sujeito que somos, as cidades impossíveis, a mídia e a vida que aceitamos e por fim sobre este que foi o nosso ponto de partida e aparece neste trabalho como o lugar para onde caminhamos: uma tentativa de análise consistente da cobertura jornalística do maior telejornal do Brasil sobre a militarização da segurança pública e as soluções que aplaudimos para os conflitos sociais.

Acreditamos ser imprescindível apurar o olhar sobre o olhar que temos a respeito de nós mesmos e do outro para que possamos nos libertar e depositar perguntas no interior de nossos discursos. É preciso poder viver sobre o território íngreme das incertezas e se aventurar diante da alteridade. Este trabalho surge principalmente da necessidade de sermos inteiros, sem sermos fixos; e móveis, sem sermos voláteis. Este trabalho busca intuir um atrevimento, uma subversão.

2. Produção de subjetividade

apontamentos teóricos da vida contemporânea

Você é longitude e latitude, um conjunto de velocidades e lentidões entre partículas não formadas, um conjunto de afectos não subjetivados. Você tem a individuação de um dia, de uma estação, de um ano, de uma vida (independentemente da duração); de um clima, de um vento, de uma neblina, de um enxame, de uma matilha (independentemente da regularidade). Ou pelo menos você pode tê-la, pode consegui-la.¹

A inteireza do homem em si e em sua totalidade impossível caracteriza uma figura que pode estar na vida experimentando as pequenas colisões diárias com o outro e a pulsação da cidade. Atribui-se a esta busca pelo que se é a necessidade de respeito à própria mobilidade deste ser no mundo, que vai sendo criado em vez de perseguido. Guattari esclarece que este movimento é automodelador e integra um processo de singularização, que capta os elementos das situações e constrói suas próprias referências de maneira autônoma e potente – reconhece àquelas do sistema em que está integrado, mas não as assimila como suas –, por isso libertadora. A escolha pela mobilidade e a construção de si em autonomia são formas de valorizar a singularidade subjetiva, escapar à tentativa de controle social e promover uma resistência considerável: uma *revolução molecular*, como diria Guattari - que logo em seguida remarcaria que o nome, enfim, pouco importa².

No entanto, não podemos afirmar que o homem contemporâneo seja verdadeiramente um aventureiro da alteridade, um pesquisador de novas formas de existência. Muito pelo contrário, o sujeito contemporâneo se assujeita olhando para o mundo sob a égide de sua forma de viver, procura padronizar comportamentos para entendê-los, simplifica as diferenças, sem nunca ter buscado apreender que *viver ultrapassa qualquer entendimento*.³

O homem será interpelado a buscar o seu eu particular, com uma subjetividade individualizada que despertará motivações comprometidas com a autenticidade da expressão de um estilo de vida próprio. Esta postura, no entanto, pode ser observada como padrão na sociedade contemporânea: na busca pela liberdade de desejo e expressão do eu, estamos sempre ligados às problemáticas do indivíduo que somos e, sobretudo, não observamos que estamos todos parados no mesmo ponto – a crise é geral: estamos tentando salvar a humanidade em nós sem, no entanto, questionar os nossos meios.

“O sujeito contemporâneo sente um vazio”⁴, pois sua ontologia é a de um ser despedaçado em seu núcleo⁵, por isso vira tema de livros de auto-ajuda que não tratam como

¹ DELEUZE E GUATTARI *apud* ROSE, 2001, 141-142

² Cf GUATTARI E ROLNIK, 1986, p.45

³ Trecho de *Clarice Lispector*

⁴ MIRANDA, 2000, p.29

⁵ ROSE, *op.cit.*, p.139

o herói da cidade o flâneur de Benjamin. O homem que somos, em geral, é infinitamente menos potente e autodominado que aquele outro, desbravador: nossos heróis são bem mais infantis.

Costumamos tratar a nossa existência de maneira moralista, entendendo na figura média de nosso sistema um caminho de verdade sobre a existência. Esta figura é um ser que não existe, um significante a princípio vazio que, no entanto, ganha forma com as regras do bom cuidado de si que surgirão em torno de nós. Esta figura é múltipla e contingencial, e varia dentro dos grupos de que participamos, dos ambientes por onde circulamos – é sempre maleável e está em todos os lugares, no interior de todas as pessoas, produzindo culpa e necessidade de adaptação. Esta figura hegemônica simboliza uma verdade sobre estar no mundo que parece jamais provocar em si mesma as discussões sobre seus parâmetros: estabelece um jeito prioritário e correto de ser e em seu entorno uma série de minorias. “Todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade capitalística”.⁶

Neste caso, assume-se duas reações mais frequentes: agimos de acordo e perseguimos o ideal da figura média; ou nos revoltamos, indignamos e inflamamos o nosso discurso das dores da opressão que a hegemonia provoca – afinal, as ditas minorias somam a maioria, poucos realmente se encaixam no ideal da figura média: passamos a persegui-la e tentar reverter o quadro e estabelecer uma nova figura, melhor, mais condizente com nossos anseios – igualmente hegemônica. Das duas formas estamos respeitando este formato, não questionamos o padrão, apenas o reiteramos e deslocamos o foco de luz para nós mesmos – agimos de acordo, renovando diariamente nossa inserção subjetiva nos enredamentos do sistema capitalístico⁷. Os ambientes, os engendramentos do capitalismo e os pormenores do sistema nos impedem de assumir outras propostas, outras possibilidades de ser.

Não nos interessa pensar sobre o conteúdo desta ou daquela figura média, não nos importa fixá-la, muito pelo contrário. Não desejamos estabelecer novas verdades, mas uma nova proposta de homem, inteiro, móvel, criatura de si. Tratamos aqui da importância de fazer transitar esta figura média por todas as outras dos homens comuns, implodi-la de dentro de nós mesmo. Guattari nos fala:

⁶ GUATTARI E ROLNIK, *op. cit.*, pg.50

⁷ “Guattari acrescenta o sufixo ‘ístico’ a ‘capitalista’ por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do ‘Terceiro Mundo’ ou do capitalismo ‘periférico’, assim como as antigas economias ditas socialistas dos países do leste, que viveram numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciaram do ponto de vista de produção de subjetividade. Elas funcionaram segundo uma mesma cartografia do desejo campo social, uma mesma economia libidinal-política” (*Ibid*, p.15)

Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas. E se isso é verdade, não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social a nível macropolítico, macrossocial, diz respeito também à questão da produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação.

A subversão de si pode ser, portanto, um caminho para a subversão do sistema. Podemos olhar para o sujeito que somos com menos verdade e mais curiosidade.

2.1. A produção do sujeito que somos

O homem contemporâneo é aquele que de certa maneira ainda respeita a secular tradição filosófica que identifica no sujeito uma *natureza humana*, como nos apontará Guattari. Ser humano atribui ao homem uma essência natural a que chamamos de *humanidade*. Esta essência do humano será tratada como um bem, um atributo que se possui, precioso e inquestionável, e que traduzirá o sujeito como um *être-là*⁸ - basta existir como ser humano para tê-lo.

Deve-se assinalar que, ao mesmo tempo em que os teóricos sociais declaram que a imagem do ser humano – esta unidade no ser – é um conceito ultrapassado, as dinâmicas sociais evidenciadas nas práticas regulatórias orientam o indivíduo a espelhar-se em si, no seu eu para as tomadas de decisão. A medida da humanidade será utilizada em nosso cotidiano como base para a criação e fixação por regras de existência e principalmente regras de convivência entre os seres, os humanos. Esta escolha da referência do olhar raso sobre si para nivelar o mundo soará como uma maneira mais pragmática de lidar com o outro, nos permitindo julgamentos duros: “afinal o que pode, mais do que os espelhos, tudo achatar e tornar míseras miríades com suas falsas profundidades, sem real profundidade nem duração, esta essência rara do tempo de que é feita a vida?”⁹

Esses valores de humanidade instituídos serão legitimados pelos meios de comunicação, pela etologia da infância, escola, família e por toda a ecologia sócio-cultural em que este homem estará inserido.

⁸ Cf *Ibidem*, p.25

⁹ FUGANTI, 2011

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais (...), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquímicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.).¹⁰

Guattari neste ponto nos diz que a produção do sujeito capitalístico não se dá por inserção de uma ideologia dentro da existência dos homens, mas que este sujeito é moldado em sua própria existência no mundo, não só o seu olhar, mas o seu estar, sua materialização na natureza, suas relações consigo e com os outros homens.

A ideologia pertence à esfera da representação, quando a produção essencial do CMI não é apenas a da representação, mas a de uma modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários, etc.¹¹

O homem então forjará uma existência como sujeito universal, estável, unificado, individualizado e interiorizado e a matéria para a sua existência será produzida dentro do sistema em que vive: seus objetivos são traçados de maneira exterior à sua experimentação da vida, pelas formas de viver do capitalismo que habita. A produção desta subjetividade humana e capitalística constituirá matéria-prima de toda e qualquer produção no capitalismo (e será mais essencial até do que o petróleo e as energias), onde todos os fenômenos da atualidade envolverão dimensões do desejo e da subjetividade¹².

Entendemos que a subjetividade não deverá ser traduzida como um dado primordial e inato a ser desvendado pelo homem do correr de sua vida: ela não existe senão no próprio correr da vida, não é anterior às experimentações. Ela tampouco deve ser entendida como uma produção externa depositada no interior da caixa-corpo do ser, explicada pela socialização de um homem biológico que se torna marionete do meio em que vive. A sugestão é de que a subjetividade do que somos não é inteira em si nem total para cada um de nós, mas um

¹⁰ GUATTARI E ROLNIK, *op.cit.*, p.31

¹¹ *Ibid*, p.28

¹² *Ibid*, p.26-28

produto móvel de uma lógica de ligação de nosso corpo, em nossas capacidades e relações, com os outros objetos da existência: sejam eles pessoas ou o clima frio do inverno – cada um com suas proporções de afeto, multiplicidade de práticas e ação de vetores de força.

São essas variadas relações e ligações que produzem o sujeito como um agenciamento; elas próprias fazem emergir todos os fenômenos por meio dos quais, em seus próprios tempos, os seres humanos se relacionam consigo próprios em termos de um interior psicológico: como eus desejantes, como eus sexuados, como eus trabalhadores, como eus pensantes, como eus intencionais – como eus capazes de agir como sujeitos.¹³

O que acontece no sistema que vivemos é que a pluralidade de conexões e de encontros a que este homem se submete e principalmente o olhar que lança sobre estas possibilidades está limitado àquilo que sustenta o próprio sistema: “estão presos a aspirações sociopolíticas, a sonhos, a esperanças e a medos, relativamente a questões tais como a qualidade da população, a prevenção da criminalidade, a maximização do ajustamento, a promoção da autodependência e da capacidade de empreendimento”¹⁴.

Não se trata, portanto, de dizer o que significa a subjetividade, mas saber como a produção da mesma funciona, que intensidades produz:

que componentes de pensamento ela coloca em conexão, que vínculos ela desqualifica, o que capacita os humanos a imaginar, a diagramar, a fantasiar uma determinada existência, a se reunirem em um agenciamento: os sexos com seus gestos, formas de andar, de vestir, de sonhar, de desejar; as famílias com suas mães, seus pais, seus bebês, suas necessidades e suas desilusões; as máquinas de curar com seus médicos e pacientes, seus órgãos e suas patologias; as máquinas psiquiátricas com suas arquiteturas reformatórias, suas grades de diagnóstico, sua mecânica de invenção e suas noções de cura.¹⁵

Esta produção de subjetividade de que abordamos com base nas reflexões de Guattari advém de uma construção histórico-social que aprova modos de viver e de existir fundamentais para dominação e sujeição, produz por exclusão determinadas formas de ser-humano que operam melhor o sistema. Tratamos de um processo de subjetivação essencial para manter o modelo financeiro-industrial e cognitivo que conhecemos hoje: reprovamos formas de existir que não operem para a manutenção do sistema. E quem deseja a manutenção

¹³ ROSE, *op.cit.*, p.146

¹⁴ *Ibid*, p.147

¹⁵ *Ibid*, p.159

do capitalismo são os próprios capitalistas, de maneira tal que não se possa aceitar seres não capitalísticos em sua estrutura social. Todos estão dentro da cadeia, os dominantes e os dominados, e quem não trabalha é absolutamente massacrado.

2.2. O capitalismo e suas formas capitalísticas

Todo movimento ocorrido dentro do sistema capitalista serve para fortalecê-lo. Citamos como exemplo o slogan da era Lula como presidente: Brasil, um país de todos. Com a eleição de Dilma, o país altera algumas de suas prioridades e crava a marca: Brasil, país rico é país sem pobreza. A erradicação da pobreza no país é ponto pacífico entre direita e esquerda. No geral, ela é vista como solução não para a fome ou para a imobilidade social, mas para o desenvolvimento do país: desta maneira, a população pobre será reintegrada pelo trabalho, que a dignificará e a presenteará com poder de compra (ou de crédito). Ao se tornar consumidora, esta população engrossará a rede dos submetidos, mas principalmente dos multiplicadores desta subjetividade. A tendência geral desta rede é consumir não apenas os produtos, mas o modo de vida do sistema. A principal matéria do capitalismo, lembrando a afirmação de Guattari, não é o capital financeiro (visto que este entra e sai da crise e o sistema se mantém), mas a *modelização* de comportamentos, sensibilidades, percepção do mundo, articulação da memória e envolvimento afetivo entre os homens. São os sujeitos capitalísticos, portanto, que mantêm e defendem o capitalismo, mesmo que não icem esta bandeira literalmente.

Os meios de semiotização econômica, comercial e industrial formam as forças produtivas e forças de consumo dos homens, controlando suas realidades sociais e sendo controladas por elas. Nesse enredamento de forças, as “tais modalidades de subjetivação, embora dominantes, ocorrem microscopicamente, de modo invisibilizado e pleno de violência, ou seja, poucas vezes percebemos o quanto somos violentados e violentos”.¹⁶ Existe uma adequação prévia do homem para suas relações familiares ou afetivas, por exemplo: uma série de códigos de condutas morais que são a inspiração dessas relações e vão se transformando em exigências, requisitos imprescindíveis. Desta maneira, não há respeito à singularidade das relações: a realidade e o mundo parecem estáticos, em vez de processuais.

Diz Guattari:

¹⁶ COIMBRA E NASCIMENTO, 2009, p.42

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.¹⁷

Estes procedimentos não tem, portanto, um território de emanação referencial, partem de vários aspectos da vida integral do homem comum, de carne e de memória, de osso e esquecimento¹⁸. Esta produção subjetiva é, portanto, da ordem biopolítica.

2.3. Sociedade Disciplinar e as dinâmicas de credibilidade e vigilância

Este conceito de biopolítica, discutido a princípio por Foucault no primeiro volume de sua História da Sexualidade, dá conta de práticas disciplinares dos séculos XVIII e XIX que tinham como objetivo a normalização dos corpos dos indivíduos por meio de instituições de confinamento no capitalismo de produção da modernidade. O biopoder tem como esfera de trabalho os corpos dos homens, manipulando seus desejos e produzindo comportamentos: dociliza-os e adapta para práticas produtivas essenciais ao capitalismo industrial da época.

Pela ação valores normalizantes, os indivíduos tornavam aceitável a exploração e teriam seus corpos sujeitados disciplinarmente ao máximo de sua produtividade, sob vigilância contínua e permanente das forças do poder representadas pelos especialistas nesses espaços: escolas, fábricas, hospitais, prisões - pelo Estado, em última instância. Isto, que Foucault chamará de corpo dócil seria “um corpo eficaz economicamente, mas submisso politicamente”.¹⁹ Diz Foucault sobre a centralidade das práticas disciplinares: “no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos”.²⁰

As instituições de confinamento disciplinavam os corpos dando para cada um o seu lugar, que o exprime como essência. “Os espaços disciplinares são espaços fechados, quadriculado e hierarquizados, evitando assim, o nomadismo e os contatos fortuitos e incertos

¹⁷ GUATTARI E ROLNIK, *op.cit.*, p.27

¹⁸ Trecho de *Ferreira Gullar, Homem Comum*

¹⁹ FOUCAULT *apud* VAZ, 2002, p.133

²⁰ FOUCAULT, 1993, p.130

entre os corpos”.²¹ Esses espaços tinham o objetivo de formar sujeitos modernos engendrando neles a culpa de estarem fora da normalidade, com técnicas de interiorização do olhar e do juízo do outro, dando sempre a dimensão do cuidado que este ensinamento representava: algo como ‘estamos fazendo isso para o seu bem’. A correção dos distúrbios de comportamento começava na internação que representava a retirada do anormal do convívio social, para que as funções disciplinares pudessem ser exercidas pelos especialistas, numa mescla de autoridade, saber e zelo: professores, médicos, psiquiatras e carcereiros. O maior dispositivo de cuidado é a vigilância: “submeter os atos cotidianos dos indivíduos a este campo hierárquico de visibilidade é trabalhar para que cada um passe a se ver com os olhos do outro”.²²

A confiança nos ditames dos especialistas mostra que a gestão da vida passou a atravessar as propriedades do homem não apenas como ser político, mas biológico. Trocou-se os dogmas sociais por axiomas científicos, neutros e de difícil discussão, visto que são do território das especialidades, não estando acessíveis à população em geral, porque de certa maneira, produzem para si barreiras intransponíveis para qualquer discussão. É comum que se argumente que não-especialistas não entendem a ciência, por isso não *sabem* discuti-la: algo bem parecido com o discurso utilizado pela Igreja para falar das questões inquestionáveis de Deus.

Grosso modo, a função da ciência na modernidade acabou exercendo o mesmo poder visível e inverificável²³ argumentado pela Igreja para definir os desígnios de Deus. O panóptico, discutido por Foucault em “Vigiar e Punir”, compreendia de uma estrutura colocada no interior das instituições disciplinares que, como uma torre, possuía as janelas escuras, sempre pronta à vigilância: dava a possibilidade de olhar para tudo, mas nunca se tinha certeza de que se estava sendo visto. Logo produzia consciência parecida com a produzida pela onisciência de Deus: é preciso olhar para si, avaliar se suas escolhas são as boas ou as ruins, julgar-se, desejar se julgar.

O discurso da ciência passou a ganhar credibilidade e por isso representatividade expressiva no cotidiano das decisões políticas e de administração pública: no julgamento de criminosos ou no entendimento de dificuldades das crianças na escola, por exemplo. A ciência passou a estudar a espécie, buscando respostas e repertório que serão usados como prerrogativas centrais da governabilidade. Esta relação se tornará tão intensa quanto

²¹ FOUCAULT *apud* VAZ, op. cit, p.133

²² *Ibid*, 134.

²³ *Cf. Ibidem*, p.134.

remará Foucault: “o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento”.²⁴

O exercício do poder na Modernidade supõe a distribuição dos homens entre normais e anormais, distribuição que produz no interior de cada indivíduo uma cisão e um esforço de se conformar aos valores sociais. Essa tensão culpabilizadora contínua provoca a homogeneização dos comportamentos.²⁵

O indivíduo está para a espécie como a disciplina está para o biopoder, nas sociedades disciplinares descritas por Foucault. Vamos aceitar seu conceito para entender a questão da produção de subjetividade: o poder sobre a vida não se tratará mais de causar morte ou deixar viver²⁶, mas de administrá-la sob a forma de modelos de organização, eficiência, vigilância e convivência, criando uma espécie de manual de conduta para o sistema capitalístico.

2.4. Sociedade de Controle e o prazer sofrido

As teorias do biopoder e da biopolítica serão estudadas posteriormente por Deleuze, parceiro freqüente de Guattari, que perceberá que esta vigilância e administração dos recursos da vida deixarão de integrar uma Sociedade Disciplinar, que dará lugar à Sociedade de Controle²⁷. Nesta, o poder não se encontrará mais em instituições específicas ou sob o discurso científico somente, mas se espalhará por todo o tecido social: não partirá de lugar nenhum, mas do indivíduo e por fim da própria espécie para se manter e salvar do risco de morte.

Não se trata de dizer que a sociedade de controle eliminou por completo a necessidade da disciplina, mas que o capitalismo entrou na órbita ondulante do controle, no qual a possível docilidade do homem diante do sistema cedeu lugar a uma aparente participação do cidadão-consumidor, concebido agora como um corpo útil e cúmplice da lógica vigente.²⁸

Trata-se da emergência de uma nova produção de subjetividade, que transcende os muros dos dispositivos de confinamento e que se coloca nas mídias de comunicação e

²⁴ FOUCAULT, 1993, p.154.

²⁵ VAZ, *op.cit*, p.135

²⁶ Cf FOUCAULT, *op.cit*, p.148

²⁷ Ou Sociedade da Fragilidade: “Esta é a conceituação do presente, proposta por Gilles Deleuze. Fragilidade também é interessante por seus nexos com as idéias de risco e o desenvolvimento da genética”. (VAZ, *op. cit.* 137)

²⁸ DOREA, 2002, p.93

futuramente nos computadores. Todos conhecerão as medidas do homem e da vida (humanidade); todos adotarão o discurso científico e poderão reproduzi-lo; todos serão um pouco mais especialistas sobre o homem que são e deverão agir de acordo com o que é bom para si.

O que inquieta não é mais o jogo entre diferença visível na forma do ato e a identidade dos indivíduos; é, sim, o jogo entre um hábito e sua consequência, o jogo entre prazer e futuro. (...) A passagem da disciplina ao controle é também a passagem do anormal ao risco como conceito primário a partir do qual se pensa a relação dos indivíduos consigo mesmo e com os outros. Os valores maiores de nossa sociedade parecem ser, na relação consigo, o bem-estar, a juventude prolongada, o autocontrole e a eficiência; na relação com os outros, a tolerância, a segurança e a solidariedade. (...) O outro, por sua vez, só não é tolerado em seus hábitos de prazer quando nos põe em risco.²⁹

Segundo Antônio Negri, esse movimento de mudança nas tensões entre a relação do homem consigo mesmo pode ser pensado por meio da mudança na relação do trabalhador com o trabalho: é consequência da ampliação das esferas de reivindicações do homem: lazer, sexualidade, feminismo, juventude e educação. A produção capitalística sai do sistema fordista da indústria e se instala na produção de conhecimento da empresa, que depende de um homem que trabalhe sob o regime da inovação, caracterizando o que Negri chamará de *trabalho imaterial*. O poder, portanto, precisará se tornar mais maleável e adaptável a uma subjetividade um pouco mais polifônica, por isso deixará de integrar apenas os dispositivos do trabalho e se expandirá por todas as outras instâncias da vida. Determinará, pela voz da ciência e aquele mesmo sentido de preservação da humanidade, as modelizações do homem que cuida de si. Será constantemente aperfeiçoável para conseguir se manter nas redes flexíveis e flutuantes da vida contemporânea, onde o capitalismo não é mais voltado para a produção, mas para o produto, a venda, o mercado: de industrial passa a capitalismo cognitivo.

O biopoder, portanto, encontrará sua máxima atuação na dissipação de seus discursos por muitas vozes: “o poder é, dessa forma, expresso como um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população – e ao mesmo tempo através da totalidade das relações sociais”.³⁰ E então, a política estará também engrenhada na multidão, o

²⁹ VAZ, *op. cit.*, p.137

³⁰ HARDT E NEGRI, 2001, p.44

que Negri chamará de biopolítica. Onde a política parece não estar em lugar nenhum, ela está em toda parte.³¹

O biopoder e a biopolítica seriam, portanto, articulações do capitalismo propagadas pelos meios de comunicação de massa, aqueles das empresas jornalísticas hegemônicas, que estão totalmente mergulhados no processo de produção homogeneizante da subjetividade. Estes meios são de comunicação de massa porque são massificadores: tratam os seres como um conjunto, uma multidão de muitas pequenas vozes que repetirão os mesmos conceitos. No entanto, para Negri a multidão é parte integrante e responsável pela construção dos modos de produção que conhecemos hoje. Portanto, todo o movimento feito pela população é fagocitado pelo sistema capitalista. Seja em Guattari, porque são movimentos que fazem parte do repertório do sistema, seja em Negri porque o Império mantém o seu terreno movediço e as lutas não conseguem criar raízes.

No contexto biopolítico do Império, porém, a produção de capital converge progressivamente com a produção e reprodução da própria vida social; dessa maneira, torna-se cada vez mais difícil manter distinções entre trabalho produtivo, reprodutivo ou improdutivo. O trabalho – material ou imaterial, intelectual ou físico – produz e reproduz a vida social, e durante o processo é explorado pelo capital.³²

Por fim, todos os discursos serão avaliados e viesados para caberem nas perspectivas dos modelos criados. A singularidade e a processualidade do mundo e sua complexidade mutável não cabem em moldes e vão buscar liberdade mesmo dentro dos enredamentos do capital – e várias vezes serão punidas por isso.

³¹ Cf FUGANTI, 2011, *inf. verb.*

³² HARDT E NEGRI, *op. cit.*, p.426

3. Estar no mundo de controle

e outras inquietações

E o pulso ainda pulsa. Hepatite, escarlatina, estupidez, paralisia, toxoplasmose, sarampo, esquizofrenia, ulcera, trombose, coqueluche, hipocondria, sífilis, ciúmes, asma, cleptomania. E o corpo ainda é pouco.³³

3.1. O homem contemporâneo e sua estranha forma de vida

A permanência e a fixação do homem em sua humanidade são o terreno de segurança para viabilizar a vida diante do caos do outro, da cidade, da desestabilização provocada pela diferença. Este homem contemporâneo de que tratamos vive assustado pelo efeito perturbador da alteridade: entendendo a subjetividade como um bem, uma estrutura termodinâmica, onde cada mudança representa o risco da morte da própria dinâmica. Este homem contemporâneo acredita na vitória do bom e na submissão do mau à penalidade como forma de se agarrar à esperança de manter a ordem em que vive.

Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas.³⁴

Paulo Vaz desenvolve uma série de intuições sobre as formas de viver desse sujeito contemporâneo a partir das aberturas de pensamento propostas por Nietzsche e Foucault. E entende que a produção subjetiva dada pelas relações de poder pode ser caracterizada

como a produção de uma economia cognitiva no duplo sentido do termo economia: tanto propicia a ordenação de si, quanto simplifica o questionamento. Trata-se de uma estratégia onde o indivíduo pensa a sua singularização a partir das crenças e valores gerados pela sociedade. Concretamente, trata-se, primeiro, de naturalizar estas crenças e valores, propor que nossa cultura enfim descobriu a verdade do homem e do mundo, reduzindo assim o que pode haver de inquietante no fato de que os homens já pensaram e agiram diferentemente. Um outro procedimento de simplificação é propor um sentido para a vida, evitando que se coloque em sua radicalidade a questão do que nos pode ser a vida. Nestes dois procedimentos, o que faz problema é a ambigüidade do cuidado de si.³⁵

³³ Versos de *Arnaldo Antunes*, O pulso

³⁴ GUATTARI E ROLNIK, *op.cit.*, pg 26

³⁵ VAZ, *op.cit.*, p.132-133

Esta busca pela singularização dentro de um processo de multiplicação e aglomeração de modelos de sujeito, em verdade, produz sujeitos angustiados, que entendem o autoconhecimento como uma investigação incessante e não uma produção criativa. Os sujeitos buscam pela verdade de si, inibindo possibilidades de ser, porque é preciso descobrir o que se é essencialmente. Por fim, o processo de busca de singularização dá origem a sujeitos cada vez mais assujeitados, visto que tratam suas idiossincrasias como problemas a serem solucionados. E pessoas não precisam de solução.

É preciso saber estar vivo, e para isso o meio em que vivemos nos ensina os parâmetros do cuidado de si. Este cuidado de si é parte do manual de sobrevivência e convivência que começou a ser organizado na modernidade e nos abate até hoje, nos dando as dimensões do cuidado como a solução para o não-sofrimento – embora a obediência às modelizações do cuidado de si cause um sofrimento impronunciável: paramos de fumar para não termos câncer; evitamos açúcares e gorduras e praticamos exercício físico para termos um metabolismo saudável; ingerimos álcool moderadamente para não ficarmos dependentes; somos monogâmicos e fiéis para mantermos nossas relações conjugais; dentre outras muitas decisões que tomamos em nome da correção, nos desviando de tomadas de decisão autorais ou frutos de uma articulação e negociação com o outro. Temos um corpo que mimetiza nossa saúde expressa em nossa capacidade de autocontrole submetida a uma dinâmica de recompensas e punições, em vez de uma dinâmica de desejo, articulações e um potente respeito por si.

Este homem precisa lidar com os impossíveis conflitos internos de suas escolhas, que deixam de ser a opção entre o certo e o errado.

A escolha torna-se a opção entre o certo e o incerto: de um lado, entre a certeza do prazer próximo e a incerteza de mais prazer no futuro se formos moderados; de outro lado, entre a certeza relativa do risco futuro e a possibilidade de sempre se morrer antes apesar do autocontrole. Na realidade, o jogo é entre o vício e o risco: a perda de controle na relação com o que dá prazer é descuido em relação ao futuro. (Paulo Vaz – Um corpo com Futuro)

Desta maneira, o homem vive na esperança de uma extensão da vida prazerosa, para que tenha uma recompensa à sua moderação: mais tempo de prazer. Por isso, a noção de justiça recai como ponto principal para a administração da vida pública: a vida precisa ser justa para que não se morra antes da hora – e esta hora não chega nunca, pois é inconcebível.

Na verdade, nos importa menos pensar sobre que sujeito o sistema capitalístico produz, mas que tipo de sujeitos é possível que existam dentro do sistema, e aqueles que não são bem vistos: o que, no final das contas, nos autorizamos a fazer diante do mundo em que vivemos. Um indivíduo não pode escolher para sua vida nada que cause sofrimento ao outro, ou então será injusto. E a dinâmica do sofrimento é altamente mutável e abrangente, dando às instâncias de julgamento um território gelatinoso para trabalhar. Aquele que provoca o mal, o injusto deverá ser punido, pagando com a própria liberdade, o próprio prazer, o sofrimento que causou no curso da vida do outro.

Entendemos que, sobretudo, vivemos um tempo em que achamos que porque pisamos na lua e dividimos o núcleo celular, descobrimos a essência da existência e estamos sempre mais perto de desvendar as implicações científicas dos produtos do acaso, exterminando, por fim, a sua possibilidade de atuação. Vivemos o aqui e agora das boas explicações para a vida: sabemos o quanto ela vale e o que devemos fazer para mantê-la, dando cada vez mais potência e voz ao nosso instinto de conservação. “Explica-se a insistência social na eficiência, autocontrole e juventude prolongada; todo indivíduo, se é eficiente e controlado, tem o direito a ter prazer durante muito tempo”³⁶.

As forças do acaso não são consideradas nesse entendimento da vida, de forma que qualquer sofrimento vivido precisa ter um responsável que deve pagar pelo problema que criou. As instâncias do poder capitalístico nos dão sempre a permissão de pensar que o sofrimento é evitável: seja pelo cuidado de si, seja pelo cuidado do outro conosco. Paulo Vaz nos indica uma última e grande observação:

A dificuldade dos indivíduos hoje é a de se situar entre a sensação de uma imensa impotência – somos insignificantes diante das mudanças aceleradas provocadas pelas tecnologias no mundo do trabalho e encontramos dificuldades para estabelecermos alianças uns com os outros visando mudanças sociais devido ao hedonismo e à globalização – e a solicitação social de que sejamos responsáveis por nossa vida e morte. Alguns podem suspeitar que uma das funções da idéia de fator de risco é apaziguar a impotência diante das transformações sociais pela promessa de o indivíduo controlar sua vida e morte.³⁷

³⁶ VAZ, *op.cit.*, p.139

³⁷ VAZ, *op.cit.*, p.146

3.2. As cidades impossíveis

O sujeito porta a sua humanidade como começo meio e fim dos movimentos do mundo e acaba se assujeitando, não aceita as singularidades porque precisaria achar que não é além de apenas um efeito provisório das complexidades do mundo. Por isso, insiste que é preciso viver na ordem em nome da vida em paz e do cuidado de si e faz do espaço público um lugar de passagem, não de construção, onde o homem sem objetivos fixos não é bem-vindo.³⁸

Habitar as cidades é experimentar a vizinhança de estranhos e o confronto com o desconhecido em grande variedade – “gente cuja procedência não conhecemos e que cruzamos em nosso caminho nos espaços públicos e partilhados”³⁹. A experiência da cidade é uma aventura de saída dos territórios familiares, que apostam no reconhecimento e na previsibilidade, para o território da experimentação das diferenças, constituindo-a como um universo de circulação e comunicação: um exercício da potência de si.⁴⁰ A cidade poderia ser vista, portanto, como um espaço de possibilidades, de exercício de vivência que criariam outros diagramas⁴¹ subjetivos para o homem.

A premissa básica é a de que a mobilidade é um dispositivo essencial de inserção do homem no mundo globalizado em que vive, não só por explorá-lo, mas por se deixar implicar em seus contextos e deixar que as conexões com o outro lhe produzam novas formas de ver a si próprio e ao mundo. Trata-se, portanto, a mobilidade com uma nova estética da composição de si, o alicerce para a construção de um ser que, como diz Fuganti, transforma sua principal característica, a vida, numa obra de arte: estar no mundo reafirmando sempre o seu estado no mundo na radicalidade de suas formas:⁴² não há fórmula.

No entanto, a mobilidade dos seres está comprometida por uma nova categoria de estratificação social: nem todos tem os mesmos direitos de se mover. Quanto maior a possibilidade de mobilidade, mais o sujeito parece livre, isto significa que mais ele pode pagar por sua liberdade. O direito à circulação passou a ser, portanto, um bem adquirido, um status social ou uma produção governamental em espaços públicos de interesses maiores que os contextos sociais: o turismo, a resposta às classes abastadas, a criação de espaços de glamour.

³⁸ Cf CAIAFA, 2003.

³⁹ CAIAFA, *op.cit.*, p.91

⁴⁰ Cf CAIAFA, *op.cit.*, p.91-92

⁴¹ ROSE, *op.cit.*, p.179

⁴² FUGANTI, *op.cit.*, *inf. verb.*

Nas áreas residenciais segregadas, em geral dependentes do automóvel, cria-se um meio propício às recorrências familiares, à confirmação das identidades. É o modo de vida dos condomínios fechados, que ocorre entre nós e que é o modelo que predomina nas cidades ou anti-cidades americanas. O espaço público não é um meio ocupável coletivamente. Em geral, só se o ocupa no automóvel particular, o que configura um uso privado da via pública. Ou então nos shoppings, numa atividade já direcionada para um fim, o consumo. Mesmo as reuniões em bares ou restaurantes nesses lugares tendem a eliminar o imprevisível que só o espaço aberto das ruas pode provocar.⁴³

O espaço partilhado não é visto com o olhar do coletivo, levando a uma “segmentação da população e compartimentação do espaço urbano que inviabilizam a cidade”.⁴⁴ Desta maneira, o espaço urbano fica repleto de bolsões de aglomerações de pessoas que, segregadas do movimento desta outra cidade privada, devem se amontoar no precário transporte coletivo para se deslocar e cumprir suas funções sociais na maioria das vezes sem potência e sem impulsos transformadores. Esta rotina de segregação aliada à idéia de que apenas o trabalho pode trazer mobilidade e poder de fala para o homem cria uma imensa rede de pessoas que sonham em poder ocupar os acentos dos automóveis particulares – serão os sonhadores e batalhadores.

Aquele que resiste em se integrar nas dinâmicas sociais, não segue as regras como deve, o desocupado, desempregado é rechaçado. Os desocupados estão à margem, marginalizados, marginais, são potencialmente perigosos. São suspeitos de pôr a vida alheia em risco, insistindo em interferir em sua caminhada a passos largos e duros; produzem o caos social. Todos devem ser retirados da convivência social porque suas escolhas interferem na vida dos outros, merecem ser punidos em nome da conservação da vida. “Nesse caso, a variedade urbana gerou violência, por excesso de proximidade não se produziram os afetos criadores da alteridade”.⁴⁵

Na geografia das desigualdades de Milton Santos a definição de território é política, trata-se de território usado, espaço banal aonde se podem propor dois tipos de espaços: “os espaços que mandam e os espaços que obedecem, gerados pelo permanente embate entre o par dialético abundância-escassez”.⁴⁶

⁴³ CAIAFA, *op. cit.*, p.93

⁴⁴ *Ibidem*, p.93

⁴⁵ *Ibidem*, p.93

⁴⁶ MALAGUTI, 2011.

A geografia miltoniana propõe uma divisão entre a verticalidade da ordem das redes globais e a horizontalidade do território local. A primeira está a serviço das grandes instituições mundias, “justifica a expressão verticalidade”⁴⁷. “O capital atinge sua velocidade absoluta, fundada sobre componentes maquínicos, e não mais sobre o comportamento humano do trabalho”⁴⁸. Entende-se aqui velocidade como equação de deslocamento no espaço sobre um curtíssimo tempo, que transforma as cidades em espaços desterritorializados: as trocas e as ocupações são virtuais, não precisam acontecer nos territórios. A horizontalidade, ao contrário, sugere que os homens estão próximos e podem operar a subversão dos espaços. Enquanto as redes são a base do mercado transnacional, o lugar geográfico seria o ninho das resistências sociais. Para Milton Santos, a definição de território é política e pode abarcar o espaço dos que mandam e dos que obedecem. O território abriga o embate entre estes dois vetores divergentes e carrega em si as desigualdades: deve ser usado como um espaço banal de ocupação e experimentação, no entanto parece rarefeito em sua potência com as divisões centro-periferia, incluídos-excluídos, contemplados-esquecidos.

No entanto,

nesse espaço de exterioridade, cuja força de resto repousa no imprevisível, tudo está em desequilíbrio. Esses fluxos que produzem a desterritorialização das identidades, a criatividade subjetiva, a comunicação transversal, podem não só ser obstruídos mas ao longo de seu curso mesmo produzir o contrário de tudo isso. Ou seja, produzir a imobilidade, paradoxalmente pelo excesso de exposição ou de velocidade. Todos os riscos das grandes cidades, tão citados contra elas e em nome de uma vida mais provinciana e familiar, podem ser vistos como casos do fracasso das forças urbanas da diferenciação. Por exemplo, no assalto: o desconhecido, o estranho pode ser um assaltante, o encontro pode ser violento e a colisão fatal. Nesse caso, a variedade urbana gerou violência, por excesso de proximidade não se produziram os afetos criadores da alteridade.⁴⁹

Nem todos tem mobilidade, algumas pessoas recebem a estranha alcunha de ilegais se decidirem por uma locomoção não consentida pelo Estado. Os impedimentos ultrapassam valores comerciais e chegam a atingir questões diplomáticas e de controle de imigração – o controle social, por fim. O uso dos territórios e a aflição pelo nomadismo são suprimidos, desterritorializados e conseqüentemente reterritorializados para as movimentações em estados parados. A mobilidade pode ocorrer dentro das próprias redes, alimentando a multinacionalidade e não necessariamente implicando no confronto com o outro, com a

⁴⁷ SANTOS, 2005, p.256

⁴⁸ DOREA, *op.cit.*, p.96

⁴⁹ CAIAFA, *op.cit.*, p.99

diferença, aquilo que já afirmamos antes como matéria mobilizadora das potências do homem.

Nossa mobilidade física é comprometida, então habitamos os não-lugares, dos não-afetos: o tal uso privado do que é essencialmente coletivo, ou a tal privatização das experiências coletivas, como viagens agenciadas, com cronogramas completos e passeios de passagem, não de construção conhecimento. Evitamos produzir sentidos nas paisagens e nas pessoas, ou precisaríamos conviver com a culpa de compactuar com a sua mobilidade limitada, as desigualdades do sistema que mantemos, a produção de um inalterado estado nas coisas provocado pela ordem que desejamos.

Vera Malaguti em seu texto “Cidade do Rio de Janeiro: desassossegos e transbordamentos” define, certa:

Temos o caos como avesso da ordem. Outra ordem não é possível. A correspondência deste pensamento na subjetividade do homem moderno levaria ao entendimento do caos como portador da destruição e o encontro com o outro como fator de perda da ordem. O sujeito moderno seria tutelado então pelo terror ao estranho. “Este homem construirá um script onde estarão marcados tanto os lugares de si mesmo, quanto os lugares do outro, assim como a relação entre eles, arma que o homem moderno usará para proteger-se do outro”.⁵⁰

“A privatização e o confinamento geram, portanto, ao mesmo tempo um adensamento aberrante, desigual, e uma movimentação segregante. Trata-se de uma desurbanização, de forças contra a densidade e a circulação, que marcam historicamente a expansão das cidades”.⁵¹ Ao final, zela-se por um espaço urbano asséptico, de vias rápidas e eficazes, sem esbarrões ou manifestações perturbadoras. Aqueles que não podem arcar com seus carros devem usar o transporte público de maneira obediente, independente de em que condições ele vai funcionar. Esta subjetividade capitalística dá a cada indivíduo ou a cada grupo o que ele merece, sem que um interfira no outro, tornando cada vez mais feio o monstro da alteridade. “Segue que o medo do crime vem, ao longo das últimas décadas, se institucionalizando através do surgimento de táticas cotidianas preventivas, de modos de identificar e evitar riscos e de novas formas de se agir, pensar e lidar com alteridades”.⁵²

⁵⁰ MALAGUTI, 2009

⁵¹ CAIAFA, *op. cit.*, p.93

⁵² VAZ *et al.*, 2005.

Na matéria publicada na versão on-line do jornal O Globo intitulada “Nem piscina nem entulho resolvem”,⁵³ a jornalista conta que a “Prefeitura tenta tornar abrigos para mendigos mais atraentes e enche viadutos de pedras”.⁵⁴ No entanto, o então secretário municipal de Assistência Social assume que a evasão dos abrigos criados para ‘acolher’ a população de rua continua alta, apesar das salas de aula, de informática, de jogos, biblioteca, enfermaria, refeitório, piscina e quadra poliesportiva. Temos aqui um caso claro de simplificação das questões da alteridade, onde morar e permanecer na rua é assimilado a princípio como falta de opção e, oferecido o abrigo multiequipado é totalmente incompreensível que as pessoas continuem escolhendo as ruas. Escolher morar nas ruas é considerado uma atitude delinqüente: estamos lidando com sujeitos que recebem o bom e o melhor e não estão percebendo a oportunidade que a sociedade representada pelo governo lhes está oferecendo de vencer na vida. Escolhem a incerteza e fazem obrigam o Estado a gastar seus subsídios à toa. Estas pessoas são tratadas como ilegais, porque burlam os interesses do coletivo e que precisam ser retiradas da rua a força, principalmente se estiverem drogadas. Neste caso, que se a ação de remoção for feita pela polícia, com passagem pela delegacia e posterior internação nos abrigos, os cidadãos de bem acreditarão que o Estado estará fazendo a sua parte para evitar que estes sujeitos coloquem em risco a circulação pelas ruas da cidade, consumam drogas que os deixem violentos e deixem sujeira e mal-cheiro por onde passam.

Assim, a purificação das ruas pela remoção e pela prisão se tornará a solução para a diminuição dos riscos de atos violentos e a punição para aqueles que causam distúrbios à ordem das cidades. Os embates de convivência são transformados em questões criminais, justificando “números astronômicos de execuções policiais disfarçadas de autos de resistência, uso da prisão preventiva como rotina, aumento das teias de vigilância e de invasões à privacidade”.⁵⁵

⁵³ ⁵³ Matéria publicada no site www.oglobo.com no dia 06/10/2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/10/06/prefeitura-tenta-tornar-abrigos-para-mendigos-mais-atraentes-enche-viadutos-de-pedras-925531504.asp#ixzz1dL7EiGuc> (acesso em 01/12/2011). E disponível online em 28/11/2011, mas disponível como anexo 1 a este trabalho.

⁵⁴ Sub-título da referida matéria.

⁵⁵ MALAGUTI, *op.cit.*

4. O agendamento da mídia

e a vida que aceitamos

O flagrante delito de fabular.⁵⁶

A mídia foi se tornando ao longo do desenvolvimento de seus dispositivos um dos mais importantes equipamentos sociais de produção de esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo.⁵⁷ Quando acompanhou a queda do Muro de Berlim ou a chegada do homem à Lua demonstrou potência e poder sobre os acontecimentos, e assumiu a responsabilidade de noticiá-los à população que deseja estar sempre em dia com as atualizações de si. Se vivemos em um mundo que imagina entender a essência da vida, precisamos estar sempre conectados com nós mesmos e com esse mundo, para que este olhar seja insistentemente glorificado. É a mídia, portanto, um dos espelhos do homem contemporâneo e seu entendimento de sua própria subjetividade.

Não é verdade que o jornalismo seja responsável por produzir solitária e maquiavelicamente esta ou aquela impressão de mundo. Não tratamos de teorias conspiratórias, mas da idéia de que o jornalismo representa,

na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação, que operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes.⁵⁸

É, no entanto, a mídia que divulga e reitera a maneira que as pessoas desejam a sua própria existência e que delimita, por fim as possibilidades de subjetivação dos homens. Esta idéia de que existe socialmente uma força maior, um público, que deseja ver as coisas desta ou daquela maneira cria a impressão de que este jeito de conhecer o mundo é anterior ao próprio conhecimento individual do mundo. No entanto, Foucault nos ensina que todo conhecimento é subjetivo, ou seja, uma percepção pessoal, relativa às experiências próprias. O conhecimento não tem origem, nunca é dado⁵⁹.

Em seu livro “O Uso dos Prazeres”, [Foucault] argumentou que a partir da divisão socialmente instituída entre o verdadeiro e o falso que os indivíduos diferenciam o certo e o errado, o normal e o patológico

⁵⁶ DELEUZE *apud* PRECIOSA, 2010, p.21

⁵⁷ Cf COIMBRA, 2001, p.2

⁵⁸ GUATTARI, 1992, p.14

⁵⁹ FOUCAULT, 2002, p.17

e, assim, atribuem sentido e valor a seus atos e pensamentos e se esforçam para agir sobre si mesmos, isto é, tornam-se sujeitos.⁶⁰

Essa produção subjetiva cria expectativas e a noção de evolução dentro da própria sociedade capitalística: os sonhadores e batalhadores.

Estes sujeitos podem ser vistos todos os dias nos programas de auditório penalizando a platéia com suas narrativas de dificuldades e buscando prêmios que teoricamente neutralizarão seu sofrimento. Submetem o que tem de mais precioso: seus corpos, sua energia a provas de esforço ou sorte em busca de cifras que já tem planejamento certo e, no caso, sempre muito digno: pagamento de dívidas, a ajuda para a família, compra de um apartamento ou abertura de um negócio. Estamos sempre tratando da dignidade da humanidade que precisa de uma vida melhor e, quando conquistá-la saberá o que fazer com ela. Com isso, quadros televisivos como Show do Milhão e Agora ou Nunca formam filas de candidatos e batem recordes de audiência. Os sonhadores também podem ser vistos em pequenas matérias jornalísticas que mostram suas condutas dignas e que merecem ser aplaudidas: garis que devolvem dinheiro jogado no lixo por engano e falam na TV sobre a importância de ser honesto. Manuseiam-se os manuais de conduta e dos comportamentos individuais que poderiam mudar o mundo, por isso viram notícia.

Sobre esses sistemas de identificação e a criação de narrativas de vitória, Guga Dorea nos afirma sobre a mídia:

ela produz um presente recheado de catástrofes e de carências concebidas como falta de algo maior para, depois, idealizar um futuro mais promissor, recheado de glorificações lucrativas, desde o ponto de vista financeiro até o emocional. O indivíduo, ainda partindo dessa premissa, é passível de acreditar que a vitória de algum personagem midiático, que pode ser um esportista ou artista, poderia ter sido a sua. Festejando-se a vitória da pretensa liberdade de expressão, a figura do vencedor se transformou no principal coadjuvante do espetáculo midiático.⁶¹

A modalidade discursiva do jornalismo, no entanto, transita entre realidade e ficção, ou uma determinada perspectiva da realidade, com muito pouca clareza. É comum e normalmente necessário para o exercício da profissão no mundo em que vivemos travestir o jornalismo de uma tradução dos acontecimentos, aquele que possui um olhar mais verdadeiro sobre a realidade. No entanto, o fato de um acontecimento estar inserido ou não no discurso

⁶⁰ VAZ, 2009

⁶¹ DOREA, *op. cit.*, p.94

jornalístico, e conseqüentemente no repertório de atualidade, é que constrói a realidade em que vivemos, ou aquela que aparecerá na televisão. Ao jornalismo noticioso cabe a gerência das representações desta realidade.

Através da ininterrupta construção de modelos de unidade, de racionalidade, de legitimidade, de justiça, de beleza, de cientificidade os meios de comunicação de massa produzem formas de existir que nos indicam como nos relacionar; enfim, como ser e viver dentro de um permanente processo de modelização.⁶²

No Brasil, a mídia que produz nossos modos de existir está monopolizada por grandes corporações⁶³, que acabam por organizar o fluxo dos acontecimentos que “importam” para o país, produzindo as formas de discussão dos temas e inclusive solucionando questionamentos: os motivos para ser pró ou contra um fato ou uma pessoa já são dados dentro da própria apresentação do fato. Isto não significa que uma maneira de noticiar um fato determine as suas reações, mas limita a percepção deste fato a uma outra série imensa de possibilidades. Não tratamos aqui, portanto, de um profissional que pode produzir uma população de um jeito ou de outro, mas que pode escolher não abordar o tema de maneira plural, evitando subjetivismos e por isso limitando o território de discussões. A lógica, portanto, “é a da homogeneização, do espetáculo, obedecendo ao valor da excepcionalidade, do ser extraordinário, da dramaticidade, da encenação voltada também para a produção de emoções”.⁶⁴

“Em termos da relação entre mídia e audiência, nossa hipótese é a de que as notícias sobre crime têm recentemente se endereçado à audiência de classe média como vítima virtual”⁶⁵, visto que os pobres já estão acostumados com as situações de violência e os marginais são incuráveis e causadores de sofrimento, portanto não interessam. Eles tanto não são destinatários das matérias como não são sequer dignos de ter a voz do discurso: passam pelas coberturas de crime como silenciosos e misteriosos personagens provocadores do mal.

⁶² COIMBRA, *op.cit.*, p.2

⁶³ “Levantamento realizado por Chomsky (1997) e apresentado na *Folha de São Paulo* (pp. 8-9) aponta a Rede Globo como fazendo parte dos sete maiores grupos que constituem o chamado “império da mídia”, dominando este setor mundialmente. Ao lado da alemã *Bertelsmann*, da mexicana *Televisa*, da australiana *News Corporation* e das norte-americanas *Viacom*, *ABC Disney* e *Time Warner*, a *Rede Globo* tinha, em 1997 - oficialmente - sob sua tutela um jornal, cinco revistas, uma rádio com 20 emissoras, um canal de TV transmitido por 86 emissoras nacionais, quatro canais internacionais para a Inglaterra, Estados Unidos, Portugal e Brasil, uma empresa de vídeo, uma editora, uma gráfica e três gravadoras de discos.” (*Ibidem*, p.2)

⁶⁴ *Ibidem*, p.3

⁶⁵ VAZ *et al.*, 2005.

Nesta dinâmica é fatalmente possível a elaboração do mundo e dos sujeitos por binarismos: o bom e o mau, o humano e o desumano. Ao jornalismo, cabe apresentar os fatos, a *realidade* – que passa a ser a que existe objetivamente; aos cidadãos, que se imaginam debatedores, cabe a argumentação limitada às dicotomias, onde a pluralidade passa ao largo. “Os meios de comunicação de massa ‘simula(m) padrões consensuais de conduta’, produzem poderosas e eficientes formas de ser e de estar no mundo; forjam existências, vidas, bandidos, mocinhos, heróis e vilões”.⁶⁶

Os jornais, por fim, nos criam histórias – algumas vezes ficcionais – sobre a nossa própria vida adotando critérios de noticiabilidade para entender o que é importante ser contado e o que não é relevante. “O relato jornalístico de acontecimentos tidos como relevantes para a compreensão do cotidiano é propriamente uma forma narrativa, ou seja, um modo específico de se contar uma história”.⁶⁷ Esta escolha de acontecimentos e fatos noticiosos é que agenciam a vida nas cidades, onde acontecimento é uma ruptura – uma novidade que determina a mudança do curso da vida, fazendo diferença entre o instante antes e depois do ocorrido – e o fato, segundo Sodré, poderia ser corriqueiro, mas se torna noticioso baseado em segurança e certeza de estatísticas e levantamentos que dão sequência ao acontecimento e sustentação a certa uma visão de mundo. A notícia jornalística é, portanto, uma maneira de ver o mundo⁶⁸.

4.1. Os princípios do jornalismo que premiamos

Na prática jornalística a ser analisada existe um ideal de imparcialidade em relação aos fatos, como se devesse obediência a um código de vigilância. Esta ética, no entanto, é impossível, utópica, visto que um indivíduo para transmitir um conhecimento ou um dado deve valer-se de sua linguagem, e todo ato lingüístico é permeado por intenções e tensões individuais e coletivas.

O homem contemporâneo, dentro de sua subjetividade contemporânea capitalística não pode livrar-se de si mesmo para ser o tradutor dos fatos. Não existe a tradução dos fatos porque, no final das contas os fatos em si não existem senão relacionados a nós que os produzimos, os observamos e os interpretamos. A descrição acéptica e real da própria realidade não é possível dentro da língua porque as construções das frases, de seus núcleos de

⁶⁶ *Ibid*, p.3

⁶⁷ SODRÉ, 1999, p.132

⁶⁸ *Cf Ibidem*, p.70

sujeitos, de seus apostos, de seus pontos e vírgulas traduzem as intenções e interpretações múltiplas.

É, portanto, mais desleal que a deslealdade assumir que um entendimento sobre os fatos é o entendimento em estado puro deste próprio fato: cada vez que nos deparamos com as situações fazemos análises delas, nos apoiamos em nossas experiências, olhamos à nossa volta, produzimos este fato em seu contexto, emitimos opinião. Não estamos no mundo para processar informações, mas para produzir conhecimentos e questionamentos. Este jornalismo, porém, estabelece para si mesmo um ideal de objetividade, e se convence de que a escolha de transformar um fato em notícia se dá levando em consideração os critérios de objetividade e relevância social.

A definição de temas de relevância social muitas vezes obedece ao significado específico para determinados grupos de pessoas, o público.

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é, em si mesmo, uma forma de poder e que é ligado, na sua existência e no seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, ao contrário se exerce, sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Neste nível não há conhecimento de um lado e sociedade do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais de saber-poder.⁶⁹

A falta de clareza no momento da produção do discurso sobre a sua prática como produção de um entendimento é que acarreta na impressão de que fazemos um jornalismo ideal: impessoal e fidedigno. Não se produz opções e aspectos interpretativos ou múltiplas perguntas para a produção de uma discussão, mas entrega-se às potências sociais uma pauta objetiva do que está acontecendo, um entendimento da verdade, uma descoberta da essência.

Observemos os Princípios Editoriais das Organizações Globo, publicados em agosto 2011, nos quais os representantes da empresa buscam evidenciar as bases para a produção da informação de qualidade de todos os veículos das Organizações. “O objetivo [*da publicação destes princípios*] é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença”.⁷⁰ Não estamos tratando, portanto, de um manual de redação, mas de uma carta detalhada que serve a “explicitar o que é imprescindível ao exercício, com integridade, da prática jornalística, para que, a partir dessa base, os veículos

⁶⁹ FOUCAULT, 1996, p.19

⁷⁰ Princípios Editoriais das Organizações Globo, 2011.

das Organizações Globo possam atualizar ou construir os seus manuais, consideradas as especificidades de cada um”.⁷¹

O documento se inicia buscando construir uma “Breve definição de jornalismo”, e tenta traçar como é a atividade posta em prática pelas Organizações. Neste sentido determina que o “jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”.⁷² Seria, portanto, a prática jornalística a responsável por produzir o dito primeiro conhecimento a respeito de um fenômeno social importante e transmiti-lo ao público – e aqui o texto ainda não apresenta o que é importante e o que deixa de ser, apenas cita como se fosse óbvio que aquilo que é importante está relacionado a fatos e pessoas como

uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas.⁷³

Como é possível definir a gravidade de uma crise política? Só existem as crises políticas e as decisões e os impactos que aparecem nos jornais? Nada escapa aos olhos dos jornalistas? Como se pode medir o maior ou o menor impacto de uma decisão, uma guerra ou uma descoberta científica? O que determina esses impactos, quem os mede? Existem interesses políticos em torno de buracos de rua? Existem impactos sociais em torno de buracos de rua? Falamos de tensões sociais ao falarmos de buracos de rua? Escolhemos as ruas que são importantes para falarmos de seus buracos? Um buraco de rua na frente da comitiva do casamento real da Europa é mais importante que o buraco de rua em frente à loja da esquina que foi assaltada? Estamos ou não estamos falando de uma seleção de notícias? É tão óbvio assim o que nos importa? Tudo pode ser um fato importante, nada pode ser explicado: trata-se de uma dinâmica óbvia e a elaboração dessas perguntas em torno dela evidencia uma retórica irrelevante para esta elaboração de princípios.

Como os fatos não carregam algo que os defina essencialmente como notícia, a escolha de produzi-lo enquanto informação jornalística ou não é uma decisão tomada no interior das relações entre os profissionais e das empresas responsáveis pelo noticiário,

⁷¹ *Ibidem.*

⁷² *Ibidem.*

⁷³ *Ibidem.*

internamente e com o mundo. Portanto é preciso entender que a medida do interesse de um fato é também determinado por pessoas e instituições incluídas no sistema capitalístico e na formação do mesmo sujeito contemporâneo sobre o qual estamos refletindo ao longo deste trabalho. Portanto existe um abismo entre o relatado da notícia e a realidade de cada um proporcional àquele que existe entre informação e opinião.

A decisão de noticiar um fato e a construção do discurso em torno dele, ou seja, a maneira como é apresentando, a relação com os outros fatos e os indivíduos envolvidos no caso e/ou atingidos por ele constroem os interesses que fazem um ambiente jornalístico funcionar. Desta maneira podemos dizer que a escolha de notícias e a forma de apresentá-las são o que há de principal na empresa e que, no entanto, sempre recebem o envelope do óbvio, como se esses parâmetros fizessem parte de uma ordem natural das coisas e não uma série de escolhas e posturas.

Esta decisão é arbitrária, embora não possamos deixar de perceber a existência de parâmetros, os quais iremos precisar mais adiante, como aponta Sodré: “Toda notícia supõe um fato, um relato e um público. O fato pode ser importante (por exemplo, um pequeno avanço numa pesquisa científica), mas só se torna comunicável como notícia se puder interessar a um número importante de pessoas. Não é nenhuma causa filosófica ou política de verdade que impulsiona a notícia, mas a acomodação da ‘opinião pública’ (noção recente na História) a uma certa ordem de ‘verdades’ já estabelecidas, em função de um princípio social de conservação”.⁷⁴

Esta indicação de certos temas sobre os quais devemos formular um posicionamento chamamos comumente de agenda jornalística. Este agendamento produz uma racionalidade pretensamente unitária, que exige a atualização não só sobre a progressão cronológica dos fatos, mas uma série de indicações sobre o que pensar e o que sentir a respeito deles. Os meios de comunicação buscam falar “pelo e para os indivíduos”.⁷⁵

Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos. Com a popularização confusa de uma discussão que remonta ao surgimento da filosofia (existe uma verdade e, se existe, é possível alcançá-la?), essa definição clássica passou a ser vítima de toda sorte de mal-entendidos. A simplificação chegou a tal ponto que, hoje, não é raro ouvir que, não existindo nem verdade nem objetividade, o jornalismo como busca da verdade não passa de uma utopia. É um entendimento equivocado. Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá

⁷⁴ BECKER, 2005, p.46

⁷⁵ GUATTARI E ROLNIK, *op.cit.*, p.58

que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo.⁷⁶

Atribui-se aqui ao jornalismo uma série de ferramentas técnicas capazes de fazer com que as práticas do jornalismo minimizem subjetivismos, ou seja, alterem as dinâmicas de estado do homem no mundo e façam com que se olhe para os fatos essencialmente: a verdade é impossível, mas precisamos buscá-la. E o jornalismo fará isso, produzindo uma primeira verdade sobre os fatos que serão ainda investigados ao longo do tempo e estarão sempre atrelados a idéia de que possuem uma essência, intuída em sua primeira tradução: a notícia.

É para contornar essa simplificação em torno da "verdade" que se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento. Um conhecimento que será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego, e, depois, pelas ciências sociais, em especial pela História. Quando uma crise política eclode, por exemplo, o entendimento que se tem dela é superficial, mas ele vai se adensando ao longo do tempo, com fatos que vão sendo descobertos, investigações que vão sendo feitas, personagens que resolvem falar. A crise só será mais bem entendida, porém, e jamais totalmente, anos depois, quando trabalhada por historiadores, com o estudo de documentos inacessíveis no momento em que ela surgiu. Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões.⁷⁷

Pode-se dizer, portanto, que o documento, ao dizer que o jornalismo das Organizações Globo se presta a construção de um primeiro conhecimento, está afirmando que a prática da apuração e divulgação de uma notícia através dos meios das Organizações está se prestando a construir um primeiro olhar sobre o fato em busca de sua verdade essencial. Está, portanto, colando aos acontecimentos a possibilidade de uma versão mais fidedigna, uma abordagem crítica mais próxima do real, uma realidade intrínseca às coisas. Este, portanto, seria o *être-là* dos acontecimentos importantes: há neles uma verdade a ser perseguida.

Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa faz propaganda. Um

⁷⁶ Princípios Editoriais das Organizações Globo, *op.cit.*

⁷⁷ *Ibidem.*

está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica. Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. As Organizações Globo terão sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar.⁷⁸

Esta esquizofrênica versão da prática do jornalismo evidencia o cerne de todas as questões contemporâneas discutidas em torno das atividades da mídia. Neste caso, está nas Organizações Globo um viés do exercício da profissão que acha realmente que pode noticiar os fatos e analisá-los tentando traduzir sua realidade, estando livre de prismas. Não acreditamos que este seja um discurso construído para fazer parecer que se faz o que não se faz. Os jornalistas que lá trabalham – lá e em outras muitas instituições que adotam princípios parecidos – acreditam que estejam fazendo o melhor de suas tarefas quando constroem discursos sem o padrão das análises inflamadas: a formulação argumentativa dos textos que buscam a verdade é purista, de frases claras e diretas: a objetividade será aqui o principal instrumento de dissimulação desta construção de sentidos:

Em termos gerais os meios de comunicação (...) devem se ater a uma ideologia da representação cujo eixo fundamental continua sendo a sacrossanta “objetividade”. Ao ultrapassar a multiplicidade dos modos de construção, a eficácia das invariáveis do discurso termina por produzir uma unificação imaginária e valendo-se do poder de sua qualificação, o acontecimento se impõe na intersubjetividade dos agentes sociais. Os meios informativos são o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade.⁷⁹

É assim que as empresas alicerçam sua credibilidade diante do olhar do público: separando o que é opinião do que chamará de noticiário.

É claro que um jornal impresso, uma revista, um telejornal, um noticiário de rádio e um site noticioso na internet podem ter diversas seções e abrigam muitos gêneros: o noticiário propriamente dito, os editoriais com a opinião do veículo, análises de especialistas, artigos opinativos de colaboradores, cronistas, críticos. E é igualmente

⁷⁸ *Ibidem.*

⁷⁹ VERÓN, 1995

evidente que a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo. Da mesma forma, um cronista comentará a realidade impregnado de seu subjetivismo, assim como os articulistas convidados a fazer as análises. Livre de prismas e de vieses, pelo menos em intenção, restará apenas o noticiário. Mas, se de fato o objetivo do veículo for conhecer, informar, haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências.⁸⁰

Ao noticiário, portanto, restará tratar apenas as informações cruas, as notícias escritas cheias de esforço para que saltem como uma pústula das amarras do subjetivismo. Assumir olhares enviesados não passa nem perto dos interesses e normas de conduta do bom jornalismo.

Isenção é a palavra-chave em jornalismo. E tão problemática quanto "verdade". Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça. E que certos princípios sejam seguidos.⁸¹

A partir de então um alfabeto inteiro de princípios a serem seguidos apenas reforçam a idéia de imparcialidade e descrição dos fatos. Dentre eles, a separação da opinião da informação, afirmando que “todo esforço deve ser feito para que o público possa diferenciar o que é publicado como comentário, como opinião, do que é publicado como notícia, como informação”.⁸² Além disso, os jornalistas que criam as notícias “devem se esforçar ao máximo para deixar de lado suas idiossincrasias e gostos pessoais”⁸³ e assumir que o critério para algo ser publicado é literalmente, nos princípios, “ser notícia” – não ficando claro aqui quais bases determinam este critério, fazendo parecer totalmente óbvia, novamente, a relevância de um fato ou outro. A isenção é, portanto, necessária, mas administrada por uma certa consciência da prática, ou seja, trata-se de esforço subjetivo.

A afirmação destes valores é também uma forma de garantir a própria atividade jornalística. Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer

⁸⁰ Princípios Editoriais das Organizações Globo, op. cit.

⁸¹ *Ibidem.*

⁸² *Ibidem.*

⁸³ *Ibidem.*

tentativa de controle estatal ou paraestatal. Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva.

Esta postura vigilante gera incômodo, e muitas vezes acusações de partidarismos. Deve-se entender o incômodo, mas passar ao largo das acusações, porque o jornalismo não pode abdicar desse seu papel: não se trata de partidarismos, mas de esmiuçar toda e qualquer ação, de qualquer grupo, em especial de governos, capaz de ameaçar aqueles valores. Este é um imperativo do jornalismo do qual não se pode abrir mão.⁸⁴

Estes princípios estabelecidos são, portanto, um levante do jornalismo em defesa própria, em defesa de suas formas, uma afirmação de sua existência em parâmetros de credibilidade, agilidade, isenção, correção e coleguismo. A estruturação das redações e das ferramentas deste que será o jornalismo do corte médio, aquele praticado pelas grandes corporações e premiado nos concursos internacionais, darão como resultado a divulgação de fatos contextualizados neste próprio meio, restrito. Por se autoproclamar isento, este jornalismo é cada vez mais presunçoso, mas assume dentro da objetividade de suas falas como real o papel em que fincou raízes. O discurso que se pretende direto e imparcial é, no entanto, subjetivo e repleto de interesses e experiências alheias à idéia de verdade.

A mídia é relevante para a produção de subjetividade não só porque tem a autoridade social para dizer o que acontece no Brasil e no mundo, como apregoava a antiga chamada do Jornal Nacional; também o é por ser o lugar onde concepções de senso comum sobre responsabilidades são construídas, difundidas e solidificadas.⁸⁵

⁸⁴ *Ibidem.*

⁸⁵ VAZ, 2009, p.59

5. Notícia e violência, um conto urbano

a produção de violência no Rio de Janeiro

A verdade da razão gerida por estabilidades e totalidades
revela ser um território falido.⁸⁶

A relação entre violência e o risco nas cidades é também uma produção subjetiva capitalística, travada principalmente pelos meios de comunicação e suas narrativas em forma de notícias. Toda a abordagem teórica feita até aqui traçou um perfil sobre a produção de subjetividade do homem contemporâneo e sua relação com a experiência do jornalismo das grandes corporações como o que é feito pela TV Globo. Esta dinâmica que a princípio parece óbvia guarda uma série de pequenos percalços pelos quais tentamos passar sem grandes saltos. Buscamos evidenciar a idéia de que essa imensa rede jornalística nos abraça diariamente com um leque opaco de impressões sobre o mundo através do qual não podemos vislumbrar muitas outras possibilidades – a não ser que façamos o exercício cotidiano de questionamento do que vemos. É esta a colaboração da atividade jornalística para a contingência atual de produção de subjetividade contemporânea que nos fecha em circuitos de compreensões do mundo que operam na órbita da busca pela verdade, ou na busca pelo mais perto dela. Esta fusão do homem com uma verdade impossível, observamos, causa aflições imensuráveis, mas que atuam para confortá-lo do desconforto das incertezas. A maior parte das prerrogativas interpretativas existe para nos livrar das doloridas amarras do desconhecido e nos fixar raízes em território supostamente mais conhecido.

A seguir analisaremos notícias de crime que consideram os cidadãos de bem possíveis vítimas virtuais de doentes mentais ou pessoas ruins que estão suscetíveis a passar da ação imprevisível ao ato violento. A periculosidade carrega em si uma série de mistérios ligados ao sujeito de sua execução.

A periculosidade é esta noção misteriosa, qualidade imanente a um sujeito, mas cuja existência permanece aleatória, desde que a prova objetiva só é dada após a sua realização. Assim, a propriamente falar, só existem imputações de periculosidade e o diagnóstico que a estabelece é o resultado de um cálculo de probabilidade intuitivo dissimulado sob o juízo substancialista.⁸⁷

⁸⁶ PRECIOSA, *op.cit.*, p.81

⁸⁷ CASTEL *apud* VAZ, 2002, 141

Assim, a medida do risco de estar num lugar é feita a partir da incidência de atos criminosos (e nesse ponto os horários também podem ser considerados) subtraída da presença eficiente da polícia no local: por este motivo ela é tão comumente convocada.

Percebemos que o policial passou a ter uma importância não somente de vigilante e guardador da ordem pública, mas tem a função de coibir os atos criminosos pelo seu *être-là* e, mais, por sua ação bem treinada. É preciso que a polícia, além de presente, seja capaz de perceber qualquer ato suspeito e interferir com sucesso. Caso contrário, precisará justificar sua incompetência sempre respondendo à pergunta silenciosa da convivência com o crime. Porque sim, na sociedade contemporânea, o risco está por toda parte: não confiamos nem mesmo nas instituições disciplinares: é possível que qualquer indivíduo não saiba controlar seus impulsos e sucumba ao prazer momentâneo. No caso dos policiais seria o prazer de ganhar mais dinheiro e mais poder que aquele que recebe em sua função de soldado regular da segurança pública: todos admitem que o crime é uma desmedida sedutora.

As questões criadas em torno deste contexto violento, que buscam causas e culpados propõem uma divisão moral entre nós e eles, o bem e o mau, que estão em constante batalha pelo controle do espaço público, um assumindo responsabilidades perante à vida e o outro sem amor à humanidade, agindo como kamikase diante da sua vida e homicida diante da do outro⁸⁸.

5.1. A questão da favela na mídia

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, mais que em outras áreas urbanas do país a cobertura da mídia se mostra extremamente preocupada com questões de violência urbana e o pânico generalizado em torno dos atos criminosos que são vistos como em franca ascensão. Esta é uma pauta imprescindível para qualquer discussão a respeito principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Os debates rondam sempre a idéia de que a segurança no Rio é comprometida por uma certa mistura de realidades da cidade partida, como nomeia Zuenir Ventura: de um lado a classe média alta e os ricos, formadores de opinião, livres e saudáveis caminhando na orla; e de outro os pobres, concentrados na favela, onde o imaginário social identifica a sujeira, o caos e o crime⁸⁹. Os dois lados estão sempre mantendo contato permanente por conta de uma organização social e urbana que os aproxima: as favelas permeiam toda a geografia da cidade e “a proximidade da pobreza é imediatamente assimilada

⁸⁸ VAZ *et al.*, 2005

⁸⁹ *Ibidem*

como ampliação do risco de um cidadão ‘comum’ tornar-se (mais uma) ‘vítima da violência’ que assola a cidade”⁹⁰.

As especificidades da favela são pasteurizadas sob a visão de que sejam aglomerados urbanos irregulares, que ocuparam territórios invadidos e são espaço de exercício da ilegalidade, informalidade, pobreza e propulsão de criminalidade. A impressão de que as favelas não possuem estrutura social como, por exemplo, rede de esgoto, luz, água, telefonia, entre outros, subestima a vida de seus moradores e reforça a impressão de que todo o território é apenas um grande latifúndio de traficantes. É possível dizer que os traficantes que estão armados nesses lugares desde a década de 80, desejam que as favelas sejam sim seu território de domínio, no entanto é impossível dizer que a dinâmica social não tenha produzido rupturas neste modelo coercivo. A expansão do comércio de drogas ilícitas fortaleceu estes homens que encontraram nos dispositivos de guerra seu reforço vital, e estabelecem no morro a difamada “lei do tráfico” – que impõe o respeito dos moradores à sua dinâmica e alicia jovens sem perspectiva de futuro.

O discurso jornalístico em torno desta realidade é parcial e subjetivo, pois reflete os pensamentos, opiniões e ideologias daqueles que o produz: a classe média alta formadora de opinião que compreende a realidade vivida nas favelas pelos mais pobres a partir de seu distanciamento e limitação. A produção de notícias de crime no Rio de Janeiro é endereçada a este mesmo seletivo grupo, pois não abrange qualquer apuração mais detalhada sobre as particularidades das dinâmicas da favela. Falamos de crime no Rio de Janeiro sob a verdade intrínseca à realidade das classes altas. Esta realidade viciada ficará clara a seguir, ao analisarmos a cobertura premiada do Jornal Nacional sobre a invasão das favelas do Complexo do Alemão em novembro de 2010.

5.2. O caso dos incêndios criminosos

No dia 21 de novembro de 2010, domingo, foram registrados os dois primeiros incêndios criminosos de uma série de cerca de 100 que ocorreriam durante uma semana na região metropolitana do Rio de Janeiro. Carros, ônibus e vans eram incendiados em pontos e horários diferentes na região. A cobertura sobre o que ficariam conhecidos como ataques terroristas surgiu durante o início da semana carregada de especulações sobre os motivações dos atos. Com o correr da semana e o aumento da sensação de insegurança na cidade o Governo do Estado e seu braço forte, a Secretaria de Segurança Pública do Estado,

⁹⁰ *Ibidem*

começaram a se articular para responder ao que estava acontecendo. Num primeiro momento, ficou diagnosticado que os ataques eram mandados por presos que mantinham contato com suas quadrilhas alocadas nas favelas do Complexo do Alemão.

A situação se agrava quando centenas de bandidos se reúnem na Vila Cruzeiro e reagem à presença da polícia com disparos. Quando repreendidos, fogem para o Morro do Alemão e se unem a mais outros tantos do grupo. À polícia, então, restava agir de forma categórica, eliminando as causas do problema e dando sequência e luz àquilo que já vinha fazendo a algum tempo: o policiamento permanente nas favelas dominadas pelo tráfico.

O trabalho aqui realizado se deterá na cobertura feita pelo Jornal Nacional naqueles que entendemos como os dias decisivos para a reação que conteve os ataques, ou pelo menos desviou os problemas: a invasão do Complexo do Alemão por parte da polícia, o que resultaria na expulsão dos bandidos.

5.3. A questão da cobertura e sua produção de preconceitos

Trataremos a seguir a cobertura em sua cronologia diária. Esta opção não é uma curvatura ao modelo do telejornal, mas porque entendemos que estamos lidando com uma narrativa na qual o dia após dia ajuda a construir as bases para as medidas tomadas e principalmente para a injeção de apoio popular necessária. Os dias escolhidos são 24, 25, 26, 27 e 29 de novembro, porque são as datas que o próprio Jornal Nacional entende como aquelas que compõem a cobertura do evento, segundo a referência de seu próprio sítio online.⁹¹ Entendemos que estas edições do Jornal já nos dão uma boa dimensão do ocorrido e dos argumentos usados na construção dos discursos jornalísticos sobre o tema que nos interessam desenvolver uma análise.

Ficará evidente que o objetivo final, a invasão do Morro do Alemão e o “domínio total” do perímetro do Complexo se dará exatamente no dia 28, que não integra as datas selecionadas. Isso ocorre porque dia 28 de novembro de 2010 foi um domingo, único dia da semana em que o Jornal Nacional não é apresentado, sendo substituído pelo Fantástico. Neste dia a cobertura da entrada na favela foi feita ao vivo e toda a programação do domingo foi comprometida. A edição do Fantástico aconteceu e mostrou uma série de reportagens especiais sobre a invasão do Morro. Analisá-las poderia nos dar ainda mais material para o entendimento das contingências preconceituosas da cobertura que as Organizações Globo fizeram do ocorrido. Decidimos, no entanto, abraçar a obra especial do acaso e respeitar o

⁹¹ Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/09/jornal-nacional-ganha-emmy-pela-cobertura-da-ocupacao-do-alemao.html>. Acesso em 29/11/2010

recorte que fizemos ao nos ater no que foi produzido especialmente para o Jornal Nacional. Isto porque entendemos ser totalmente possível traçar o perfil do jornalismo que premiamos e compreendermos a história que está sendo contada mesmo sendo arrancado dela seu capítulo principal. Esta exclusão do dia 28 acaba comprovando que todos os movimentos narrativos já estavam traçados nos outros dias e que é possível tateá-los mesmo sem conhecê-los. A edição do dia 29 fará um belo resumo representativo do que é a produção de compreensão subjetiva geral a respeito do tema.

Além disso, entendemos ser uma circunstância realmente especial: os jornalistas do Jornal Nacional acompanham o público todos os dias que antecedem a operação principal, formando diante dele um cenário interpretativo importante. Tratava-se de uma gestação subjetiva imprescindível para que se pudesse passar pelo ocorrido no dia 28 sem grandes surpresas: apenas como quem vive o clímax de um filme que repete uma fórmula já conhecida. O retorno após o ocorrido, olhando para as suas conseqüências como quem aplaude o mesmo final feliz, reitera a suposição de que se estava lidando com a situação que atravessava a cidade com menos curiosidade e mais verdade.

Dia 24 de novembro – O que querem os bandidos?

A partir da madrugada do dia 23, em menos de 24h cerca de 22 ataques a ônibus, carros e cabines de polícia aconteceram na região metropolitana do Rio de Janeiro. O mapa da cidade, mostrado nas matérias do dia 24, onde estão marcados os locais atingidos, aponta que a abrangência das ações criminosas é vasta, não há concentração: o terrorismo está por toda parte e não tem rosto. E veremos a seguir que se há 1% de chance de ataque a repressão deve der da força de 100%.⁹²

O primeiro preconceito que apontaremos leva em consideração a construção discursiva das narrativas de crime relativas às ações cometidas na cidade do Rio de Janeiro. É de conhecimento anterior que estas notícias costumam traçar um perfil de criminoso bem preciso: eles cometem seus atos no espaço público, interferem na rotina de sua vítima que é escolhida aleatoriamente e não tem amor à vida. São esses os sujeitos com o qual a cidade tem que lidar, mas sobre quem jamais deve querer se perguntar.

“Um crime cometido por um estranho que selecionou aleatoriamente sua vítima, a qual nada fez para se colocar em perigo, tende a generalizar ao máximo as vítimas

⁹² Os números aqui são hipotéticos, argumentativos.

possíveis”.⁹³ No caso dos ataques que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro na semana compreendida entre os dias 20 e 27 de novembro de 2010, nada poderia soar mais aleatório. Os traficantes pareciam estar de repente se rebelando contra a sociedade e resolvendo castigá-la pelas perdas que supostamente sofre o seu comércio ilícito com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Para isso os bandidos, segundo a descrição do repórter, “param o ônibus, mandam os passageiros descerem e colocam fogo”.⁹⁴ Não há nada que pareça justificar as ações criminosas de maneira que o cidadão de bem possa depreender. “O nexos entre audiência e criminoso é rompido; no criminoso haverá um “à-mais” de violência, um desrespeito pelo outro que impossibilita a identificação”.⁹⁵ A reportagem, neste ponto, chega a perguntar literalmente “mas o que querem os bandidos?”,⁹⁶ mas jamais perguntará a eles. Um bandido, marginal pobre genérico traficante, nunca terá o direito ao discurso nas reportagens endereçadas à classe média, seja nesta ou em qualquer outra situação. Isso porque são excluídos do território do discurso: seu papel já está dado e não poderá ser verificado porque não vale a pena. São sujeitos interditados sempre sob a justificativa de que não são humanos porque põem a vida em risco. Foucault nos apontará a dinâmica da exclusão de que tratamos aqui:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qual um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.⁹⁷

Esta exclusão óbvia da versão do marginal da fala das reportagens já é um primeiro e grande sinal de que estamos falando de uma produção de conhecimento que se limita ainda em seu embrião. Não se trabalha pela busca das várias versões do fato como pregam teoricamente os Princípios Editoriais estudados anteriormente porque jamais escutam a voz de uma parcela significativa da história a ser contada: o culpado. Julgar o réu sem deixar que ele se pronuncie, em nossa sociedade, é considerado injustiça, absolutismo, ditadura, menos quando estamos abordando os discursos da mídia. Ela analisará e garantirá a desumanidade

⁹³ VAZ *et al.*, 2007, p.6

⁹⁴ Jornal Nacional, 24/11/2010, anexo 2

⁹⁵ VAZ *et al.*, 2005a, p.75

⁹⁶ Jornal Nacional, *op.cit.*

⁹⁷ FOUCAULT, 1996, p.9

dos bandidos sem nunca permitir que possamos nós ouvi-los e então fazermos nossas interpretações. Já recebemos as notícias obviamente sob uma visão parcial.

A segunda questão a ser abordada trata da presença dos especialistas como discurso de confiabilidade a respeito do tema. A pergunta “o que querem os bandidos?” será respondida pelos porta-vozes especialistas: aquele que detém o discurso científico, o discurso da verdade contemporânea, como já discutimos anteriormente. A voz de um especialista é a princípio inquestionável a não ser por um outro especialista. A população resta tentar compreender e assimilar o que dizem. No caso do desejo dos bandidos, a resposta é a seguinte:

Para a antropóloga Jaqueline Muniz, os ataques indicam enfraquecimento da criminalidade. “Eles querem fabricar o pânico, por isso usam do recurso terrorista, o terror. Se eles pudessem ganhar a guerra, eles não precisariam fazer atos de terror, porque teriam condições de ter vitória”.⁹⁸

Jaqueline diz o que queremos ouvir: eles agem desta maneira porque são fracos, não são inteligentes o suficiente para fazerem melhor do que isso. Não há melhor maneira de desqualificar uma situação que desprezá-la. O desejo dos bandidos é atravessado de crueldade: querem instaurar o pânico na cidade. Queimar veículos nas ruas desta maneira, como nos indica Paulo Vaz, Carolina Sá-Carvalho e Mariana Pombo, generalizam a possibilidade de vitimização, pois são “crimes ocorridos no espaço público e com seleção aleatória de vítimas”.⁹⁹ Qualquer um poderia ser a próxima vítima dos bandidos e essa probabilidade remota, mas real apurava a qualidade das ações tidas como terroristas e cruéis. E realmente produzia o medo do crime na cidade.

Esta produção, no entanto, não é nova nem é exclusiva de situações como a que atravessavam a cidade naquele momento. A produção do Rio de Janeiro como um lugar violento era anterior àquele novembro. Já há muitos anos as bases discursivas da cobertura aqui apresentada vinham sendo elaboradas em todo o noticiário de crime da cidade. Paulo Vaz nos indicou uma série de estudos a respeito do assunto e nos evidenciou os mecanismos de produção de estado de violência por meio do jornalismo. E apontou que

Conceituar esses mecanismos implica analisar os procedimentos que, partindo de uma notícia sobre um crime, ampliam o número de vítimas possíveis e propõem sua repetição provável no futuro. Em outras palavras, o consumo de notícias sobre crime deve favorecer

⁹⁸ Jornal Nacional, *op.cit.*

⁹⁹ VAZ *et al.*, 2005

duas transformações na mente da audiência: 1) pensar que o sofrimento ocorrido poderia ter acontecido com qualquer um; 2) pensar que o sofrimento ocorrido pode ocorrer novamente.

Estes mecanismos podem ser identificados em toda a cobertura de crime dos grandes veículos da cidade. E este olhar sobre o crime associado a esta forma de apresentá-lo é característica de um endereçamento dessas notícias para a classe média – os pobres e os marginais já possuem o destino traçado.

Sobre o entendimento de crueldade nos atos criminosos, os autores intuíram que esta noção estará frequentemente associada a idéia de que aquele que comete o tipo de crime em questão não pode ser compreendido pois carrega características de desumanidade. Provocar um crime injustificável e evitável permite que se tenha a sensação de que este é um sujeito incurável.

Eis aí critérios contemporâneos para definir a monstruosidade: não ter consideração alguma pela vida do outro e não haver cura. Ambos constroem uma distância insuperável entre “nós” e “eles”. A ausência de empatia define a desumanidade; o fato de serem incuráveis impede que façamos alguma coisa para que se tornem iguais a nós. Proteger-se não precisa nem pode mais usar o pretexto de ajudar o outro.¹⁰⁰

No dia 24, estes criminosos se reuniram na Vila Cruzeiro, que a matéria afirma que “fica no Conjunto de Favelas da Penha, ao lado do Conjunto do Alemão. O batalhão da Polícia Militar responsável pela área calcula que nas quarenta comunidades da região vivam cerca de 400mil pessoas. A área é tão grande que abrange dez bairros da cidade”.¹⁰¹ Segundo a reportagem, “é na Vila Cruzeiro que está a maior parte dos bandidos que fugiram das Unidades de Polícia Pacificadora, que levaram o policiamento permanente às comunidades”.¹⁰² A suposição é a de que, conforme a polícia foi chegando nas doze favelas já ocupadas a época, os bandidos – um contingente de incuráveis que jamais se redime – foram fugindo e se concentrando principalmente na Vila Cruzeiro porque a ação de domínio nesta favela era a princípio impensada. Esta é uma região que historicamente tem forte resistência dos traficantes. Há anos a polícia tentava fazer incursões em suas ruas, mas nunca foi realmente capaz de conter o ímpeto violento de seus dominadores. “Com a construção da associação entre tráfico e crime, favela e tráfico, e com a dissociação entre tráfico e comércio ilícito, o nexos que está sendo proposto aos moradores da cidade é entre a favela e toda sorte

¹⁰⁰ VAZ *et. al.*, 2005a, p.73

¹⁰¹ Jornal Nacional, 25/11/2010, anexo 2.

¹⁰² Jornal Nacional, *op.cit.*

de ‘violência’ que acontece no Rio de Janeiro”.¹⁰³ Fica claro que desta maneira, esta Vila Cruzeiro teria se transformado num território perdido a praticamente tão irrecuperável quanto os seus bandidos, o que evidencia a teoria de que “o morro não aparece apenas como lugar perigoso, mas principalmente, como lugar de onde os crimes provêm”.¹⁰⁴

Enquanto os ataques ocorriam, vários “bandidos” se reuniam em uma das ruas da Vila Cruzeiro para fugir dos policiais e fortalecer o grupo. Segundo mostram as imagens, o “bando”, do topo da favela, observa os policiais de seus locais privilegiados e inicia o conflito armado. Descreve a repórter enquanto vemos as imagens: “os criminosos chegam às pressas e aos poucos o bando aumenta. Repare que muitos estão com fuzis. De repente, pelo menos três começam a atirar”.¹⁰⁵ Esta fala deixa claro que os bandidos não são vistos como poderosos apenas porque não tem amor à vida (nem a sua própria nem a do outro – “eles não tem nada a perder”), mas porque portam armas com códigos incompreensíveis, que além de letais são enormes e fantasmagóricas, não sabemos o que elas podem fazer nem como chegaram às suas mãos.

Outra questão importante é a afirmação do papel do jornalismo não só porque produz uma cobertura que tenta ser ampla e estar em todos os espaços envolvidos na narrativa, mas porque representa o seu público em um momento histórico que ele jamais viveria se não fosse pela televisão. Isto constrói a impressão de que a cobertura do jeito que está sendo realizada é essencial não só para os próprios repórteres, como para a construção do acontecimento: a presença da mídia determina a dinâmica como ela é. Assim como também para a postulação da História, pois produz uma série de provas a respeito do ocorrido. Entende-se, portanto, a partir desta perspectiva, que o produto do jornalismo é não apenas o telejornal, mas sua obra final é ajudar a construir a incursão para a atualidade e para a História.

Logo após cada imagem capturada do alto, os repórteres costumam acrescentar a frase “as imagens foram flagradas pelo Globocop”. Esta repetição parece querer frisar que esta é uma cobertura que exige muito empenho e dedicação. Os repórteres estão fazendo o melhor trabalho que podem para capturar as imagens que interessam ao público. Eles se comportam como se tivessem fazendo o trabalho para si, investindo em cada aproximação física da cobertura a sua própria intenção de ver essa história ser contada. Esses repórteres buscam narrativas que contem a história do que acreditam estar acontecendo na cidade – que em

¹⁰³ VAZ *et al.*, 2005

¹⁰⁴ *Ibidem*

¹⁰⁵ Jornal Nacional, 24/11/2010, anexo 2

última instância estará sendo produzida, mudando a forma como se lida e investe emocionalmente nas estância de decisão pública.

Esta, no entanto, não é uma história simples, pois envolve uma facção criminosa que ocupa um conjunto enorme de favelas e é constantemente responsabilizada pela produção da maior parte dos atos criminosos no Rio de Janeiro, pela polícia. Podemos dizer que esta verdade acaba sendo assumida pela imprensa visto que “a cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa brasileira sofre de dependência em alto grau das informações policiais. A polícia é a fonte principal – se não a única – na maioria esmagadora das reportagens”.¹⁰⁶ Além disso, foi neste lugar que agora é o centro das atenções que um jornalista querido nas Organizações Globo foi brutalmente assassinado. Na cobertura do dia 25 esta informação é adicionada:

Foi na Vila Cruzeiro que o repórter Tim Lopes foi assassinado em 2002. Tim tinha recebido a denúncia de moradores de que traficantes faziam bailes, onde além da venda de drogas, havia exploração sexual de meninas menores de idade. Tim foi capturado, torturado e executado. A investigação provou que tinha sido a quadrilha de Elias Maluco a responsável pelo crime. Os bandidos foram presos e condenados. Mas a região da Vila Cruzeiro continuou como reduto dos criminosos. E mesmo atrás das grades, numa penitenciária fora do Rio, Elias Maluco manteve o controle sobre o tráfico na região.¹⁰⁷

Qualquer ação que envolva esta região mexe com os bríos dos jornalistas que ficaram e lamentaram o assassinato de Tim Lopes. Ver Elias Maluco ser preso, a face vencida do mal, não foi o suficiente para acalmar o desejo de fazer valer a justiça do caso, visto que ele continua a agir e comandar não só o tráfico, mas a violência da cidade. Assumindo o olhar que se tem neste contexto, resumimos: é neste lugar, no centro do crime, na Vila Cruzeiro, que estão agora se reunindo os sujeitos responsáveis pelo sofrimento carioca, que não suportam mais viver em situações de risco – no lugar comum: não suportam viver numa cidade “bonita por natureza” que, no entanto, sofre com as mazelas de um lugar repleto de indivíduos violentos. Para os repórteres é imprescindível contar a história do que “eles” estão fazendo e ainda podem fazer com o “nós” que habita o outro lado da violência: os humanos, os trabalhadores, os cidadãos de bem que só querem viver em paz. Os repórteres arriscam suas vidas em nome desta história e vão construí-la por meio de uma série de narrativas comoventes.

¹⁰⁶ RAMOS & PAIVA, 2007, p.37

¹⁰⁷ Jornal Nacional, *op.cit*

O entendimento da violência é sempre enviesado. Não há consenso sobre o que se pode e o que não pode em relação aos atos violentos. Eles podem ser vistos sob perspectivas diversas, dependendo de onde parte a ação e com que objetivo ela é feita: quem está sendo protegido e quem está sendo enfrentado na incursão violenta? Segundo o que vemos nas narrativas de violência das notícias é um enorme desvio interpretativo para os interesses da classe média dominante e seu Estado de Direito. Bandidos não podem atirar porque querem se defender. Policiais podem atirar porque querem defender a sociedade. Um bandido portar uma arma, se sentir poderoso com ela e a partir daí dominar um território e exercer controle social das dinâmicas locais é crime – e merece ser punido sem piedade. Um policial portar uma arma, se sentir poderoso, retomar o território perdido e exercer controle social das dinâmicas locais em nome do Estado de Segurança é fazer apenas o seu trabalho. O olhar sobre os atos de violência é, portanto, uma construção subjetiva.

A repórter fala da troca de tiros provocada por aquele bando de bandidos que se reuniram no alto da favela da Vila Cruzeiro e atiraram contra os policiais que estavam fazendo o seu trabalho de revista na área em nome da Segurança Pública: “Num dos tiroteios, uma das balas entrou pela janela de um dos apartamentos, bateu aqui na parede e por pouco não feriu os moradores. A dona do imóvel estava sentada nesta poltrona e o filho dela, de apenas cinco meses, estava neste bebê-conforto”.¹⁰⁸ Esta narrativa exemplifica o risco que se exacerba nesta situação pela qual a cidade passa: demonstra um quase crime provocado por uma bala perdida que quase matou uma quase vítima. Esta descrição, portanto, reforça a idéia de vítima virtual.

Sobre os quase crimes, no dia 24 de novembro, a cobertura mostra uma situação ligeiramente cômica, que, porém, a repórter descreverá com seriedade e finalizará com ainda mais firmeza:

A onda de violência gera reações imprevisíveis. Hoje, essa praça no coração de Ipanema foi isolada, cercada pela polícia. Durante duas horas as atenções ficaram voltadas para duas caixas. Chegou a se pensar que elas escondessem explosivos. O esquadrão anti-bombas até explodiu uma delas. Só depois de toda a mobilização da polícia é que se descobriu que as caixas faziam parte da promoção de uma agência de propaganda: era uma campanha publicitária para divulgação de um produto. É o Rio em dias de muita apreensão, mas que segue reagindo aos ataques dos bandidos.¹⁰⁹

¹⁰⁸ *Ibidem*

¹⁰⁹ *Ibidem*

A idéia de que a polícia agirá sempre reagindo às demonstrações de poder dos criminosos que ateam fogo em veículos para colocar em risco a vida e o cotidiano da população será insistentemente reforçada. “A polícia está em alerta máximo e reage às ações dos criminosos”,¹¹⁰ anuncia o âncora no início do que seria a cobertura de uma ode à ação militar de controle social nas favelas do Complexo do Alemão. Os policiais entram nas favelas como de rotina, mas desta vez em uma intervenção maciça, com várias frentes ao mesmo tempo: “amanheceu e a polícia reagiu com operações em 27 favelas dominadas pelo tráfico”.¹¹¹ Eles invadem as ruas das favelas em busca dos “bandidos” que estão provocando os ataques que desestabilizam a cidade. Esta é uma ação imediata, esperada e desejada: a polícia não pode deixar que situações de insegurança e medo, como as dos ataques, aconteçam sem punição – com igual demonstração de força e violência. As ações nas favelas dos subúrbios – aquelas ainda não pacificadas, mas “dominadas pelo tráfico” – são apenas o começo desta reação.

A polícia faz o que pode: chegou a prender 41 pessoas desde que “as ondas de ataques começaram” até o dia 24 de novembro. Sua incursão nas tais 27 favelas neste dia resultou na apreensão de armas e drogas, mas não surte o efeito desejado: os ataques continuam e se espalham cada vez mais pela cidade. O caos no Rio de Janeiro acaba provocando o fechamento de zonas comerciais, esvaziamento dos ônibus, correria e motoristas assustados em algumas regiões. Algumas aspas nas matérias desse dia indicam que a população está amedrontada: “eu mesmo não ia sair de casa hoje, com medo, mas tive que resolver alguns problemas”.¹¹² e sente que tudo pode acontecer a qualquer momento e precisa ser defendida: “não pode recuar. Se recuar eles tomam conta”;¹¹³ “não tem que se curvar diante de bandidagem, porque estaremos sendo coniventes com eles”.¹¹⁴

Neste contexto, podemos intuir que o governo ganhará a função de administrador dos espaços públicos e das relações de força na sociedade, tendo a responsabilidade de manutenção de um ambiente suficientemente neutro para que os corpos possam se locomover e exercer suas funções com eficiência e sem os riscos da limitação das possibilidades de prazer: o Estado torna-se um protecionista da vida. Não é possível que a população saia de casa para trabalhar correndo o risco de ser atacada em seu trajeto. Em outras palavras, a habilidade de governar passará a responder às necessidades deste homem, que em seu ideal

¹¹⁰ *Ibidem*

¹¹¹ *Ibidem*

¹¹² *Ibidem*

¹¹³ *Ibidem*

¹¹⁴ *Ibidem*

será uma reunião da biologia do corpo perfeito com o prazer das escolhas sem risco, que acreditará no merecimento de um ambiente de liberdade para o seu hedonismo moderado. Esta liberdade, remarcarmos, trata do direito de ir e vir sem interferência das escolhas do outro ou de qualquer risco para os objetivos deste homem. Ou seja, o indivíduo precisa poder estar num mundo que sirva aos seus anseios: viramos clientes do mundo em que vivemos. E, voilà, o cliente sempre tem razão:

A arte de governar apareceria como um campo relacional de forças. Ele (FOUCAULT) vai citar Turquet de Mayerne: “Tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor à cidade” – é disso que a polícia deve se ocupar, diz Foucault. Para ele esplendor seria a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e que se irradia.¹¹⁵

Esta liberdade hedonista se tornou um ideal regulativo¹¹⁶, que impõe ansiedades à dinâmica social, permitindo divisões e rupturas como as segregações e julgamentos de punição e castração de direitos. É esta liberdade que nos move em busca da emancipação que, no entanto, nos atrela ao Estado e sua governabilidade: autorizamos as autoridades a nos ajudar no projeto de sermos livres de qualquer autoridade menos a nossa própria. Ficamos, assim, dependentes das ações regulatórias do Estado para encontrarmos o nosso caminho libertário.

A idéia de que os bandidos estão agindo em ações desesperadas e que polícia deve reagir para repreendê-los fica clara na fala do então Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, que afirma que já era prevista esta situação.

Nós estamos desacomodando pessoas de lugares aonde estavam instaladas há muito tempo, com uma certa tranqüilidade. E toda pessoa que se vê incomodada, que se vê perdendo poder, que se vê perdendo dinheiro, ela reage. Mas é a hora exatamente de mostrar que nós sabemos onde queremos chegar.¹¹⁷

Percebe-se uma que o Estado se inflará com a situação que se impõe e agirá: todo o efetivo das tropas policiais é deslocado para as ruas para fazer a proteção do espaço público. Tratamos aqui de uma polícia como tecnologia de governo, que dará ao Estado a oportunidade de criar a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e

¹¹⁵ MALAGUTI, 2011

¹¹⁶ ROSE, *op. cit.*, 197-198

¹¹⁷ Jornal Nacional, *op.cit.*

que se irradia¹¹⁸. Manter a ordem num campo de forças deste território usado, desigual, múltiplo é feito mantendo o controle das populações. É, portanto, em nome da proposição de regular as convivências nos territórios de desigualdade que caracterizam os espaços urbanos que acabamos permitindo, que aceitemos e, inclusive, desejemos a submissão de algumas pessoas às truculências em nome da segurança: invadindo o espaço das favelas com equipamentos militares. Malaguti observa muito bem: “Passamos muito rapidamente da naturalização da truculência contra os pobres ao seu aplauso”.¹¹⁹

No dia 24, o governo do Rio ainda descarta o uso da força de Segurança Nacional, mas pede apoio para retirar os criminosos chefes do tráfico de perto do Estado. A questão levantada aqui é: os chefes do tráfico já capturados e presos continuam dando ordens para os seus sucessores e supõe-se que tenham sido eles os responsáveis por arquitetar os ataques que estão acontecendo na cidade. A eles, os indesejados, é atribuída a criação da situação de pânico e caos que atravessa a cidade já há alguns dias. A dinâmica deste controle, segundo mostram as reportagens, seria a seguinte: durante os encontros com familiares e advogados permitidos mesmo nos presídios de segurança máxima, os bandidos mandariam recados para aqueles que ficaram na favela. Entende-se que ao dizer isso, os especialistas em segurança pública e o próprio governador do estado, Sérgio Cabral, em entrevista aos âncoras do jornal neste dia, estão dizendo que o que ocorre na cidade do Rio de Janeiro é decorrência de uma brecha prática do cumprimento da lei. Diz Sérgio Cabral: “evidentemente que na Lei, no Código, há esses direitos que são garantidos a esses presos, de um momento reservado com advogados ou com familiares e aí é que há esse tipo de ação”.¹²⁰ Esta fala sugere que o sofrimento pelo qual a cidade e os cidadãos estão passando seria, portanto, evitável caso o controle social fosse mais efetivo. Em nome desta dinâmica, o governo do Estado aciona o governo federal e solicita que os presos cariocas que tenham tido envolvimento com o tráfico sejam transferidos para ainda mais distante da cidade. Segundo o governador (e reforçando a idéia de que o espaço público deve ser protegido), “com enorme proveito para a sociedade que se livra dessas pessoas, da proximidade dessas pessoas”.¹²¹

Nos dias seguintes, os presos serão levados para o presídio de segurança máxima de Porto Velho e todos aqueles que forem capturados em ação nos ataques terroristas do Rio terão o mesmo destino. O comentarista de segurança pública da Rede Globo, Rodrigo Pimentel garantirá em entrevista no dia 25 de novembro: “momentaneamente essa

¹¹⁸ MALAGUTI, *op.cit*

¹¹⁹ *Ibidem*

¹²⁰ Jornal Nacional, *op.cit.*

¹²¹ *Ibidem*

transferência desarticula, o bandido perde a capacidade de se comunicar com a facção, então ele perde a importância na facção”.¹²² Este acordo diz que, legalmente, por conta de uma circunstância de pânico, atear fogo em ônibus tem o mesmo estatuto de envolvimento e ligação com o tráfico de quem o comanda. Pode-se afirmar que em nome da regulação da estabilidade social e da regulação das convivências nos territórios de desigualdade, aceitamos os meios punitivos de um Estado Judicializado como solução para os conflitos sociais, como ficará comprovado na fala de Rodrigo Pimentel:

Isso é intimidador. Todo bandido do Rio de Janeiro vai saber: a partir de hoje que o Estado está cumprindo essa promessa. (...) É uma pena dentro da pena. Cumprir a pena em outro estado é uma dificuldade pra família ir visitar, é uma dificuldade de acesso ao advogado, é uma dificuldade importante nesse momento para que o bandido tenha medo de realizar essas ações nas ruas do Rio de Janeiro.¹²³

Esta aceitação, portanto, é estimulada pelo Jornal Nacional por meio da fala de seu especialista em segurança pública. Os meios de comunicação acabam fortalecendo o Estado de Polícia, não porque sejam conspiratórios, mas porque correspondem à vontade da maioria de não precisar lidar com esse tipo de comportamento incerto, talvez doente, quem sabe criminoso. O jornalismo das grandes corporações está sempre preocupado com os seus interlocutores, os cidadãos de bem da classe média, que são vítimas virtuais dos sujeitos-criminosos e agressores potenciais.

Paulo Vaz nos explica sobre o julgamento desses sujeitos-criminosos: “Se tiver havido severidade na atribuição de periculosidade a um indivíduo, o erro nunca será provado e é sempre possível pensar que ele teria podido passar ao ato se não tivesse sido impedido.”. A tranquilidade de estar tomando medidas que regulam os espaços públicos e controlam os sujeitos em nome da paz impede os questionamentos a respeito dos parâmetros de periculosidade e risco imputado aos indivíduos. A construção de pessoas capazes de cometer atos imprevisíveis quando associadas ao tráfico no Rio de Janeiro termina por parecer autorizar qualquer ação punitiva do Estado, inclusive superlotar as prisões de segurança máxima com sujeitos que não cometeram crimes hediondos. O tráfico no Rio de Janeiro é uma prática sempre vista como paralela ao Estado, por isso, sua maior afronta. A prisão de todos os envolvidos e conquista de territórios dominados pelo tráfico parece ser a grande vitória em nome da abstração da idéia de paz.

¹²² Jornal Nacional, 25/11/2010, anexo 3

¹²³ *Ibidem*

25 de novembro – Uma primeira vitória

Vejamos a escalada do Jornal Nacional deste dia, quando a polícia militar auxiliada pelos equipamentos da Marinha consegue dominar a favela da Vila Cruzeiro.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2010. A maior operação já feita contra o crime no estado. Tiros, explosões, incêndios. É o lugar onde a polícia não entrava é ocupado pelo poder público. Traficantes acucados e armados fogem em desespero por um caminho de terra da Vila Cruzeiro. Um dos bandidos é atingido e socorrido por um comparsa. No quinto dia de conflitos a cidade enfrenta novas ações de violência: ônibus e carros são queimados desde a madrugada. Tanques nas ruas blindados da Marinha também entram na operação contra os criminosos.¹²⁴

Neste dia, as polícias militar e civil, além da tropa de elite da polícia militar, o popular Bope, fizeram uso dos blindados da Marinha para fazer uma incursão na Vila Cruzeiro, onde se concentrava desde a tarde do dia anterior os bandidos, foragidos e violentos. Na subida da favela, os oficiais encontraram resistência, mas o tanque da Marinha era capaz de romper as barreiras, inclusive passar por cima de carros incendiados. Diz a matéria: “Nem barricadas nem grandes obstáculos. Nada impediu a passagem dos blindados da Marinha pelas vielas da Vila Cruzeiro. Até este carro atravessado no meio da rua ficou pra trás”.¹²⁵ Em seguida o jornal enaltecerá o poder bélico e estratégico dos carros fornecidos pela Marinha nesta ação, descrevendo suas características, como fabricação, blindagem, capacidade de transporte e a esteira de aço sobre a qual se movimenta – o que impede que sejam parados como os blindados da PM, garantindo a sua eficiência. A potência de suas armas (“duas metralhadoras de grosso calibre que chegam a disparar mil tiros por minuto”¹²⁶ ou “lança-granadas com alcance de 2km”¹²⁷) e a capacidade de resistir a guerras químicas e bacteriológicas também são glorificadas, mesmo que nenhuma das duas estejam ali para serem utilizadas. Esta exaltação se articula com a idéia de que a ocupação que obteve sucesso naquele dia não seria possível sem esses equipamentos. O Estado parecerá certíssimo em convocá-los, como confirma Rodrigo Pimentel:

¹²⁴ *Ibidem*

¹²⁵ *Ibidem*

¹²⁶ *Ibidem*

¹²⁷ *Ibidem*

Com certeza seria inviável. Com certeza baixa de policiais militares, baixa de civis também, porque os traficantes iriam resistir à operação policial. Então o carro também tem esse efeito de dissuasão. Ele causa o medo, pânico no traficante. O traficante foge quando vê o carro blindado. A polícia conseguiria, com muito mais esforço, com muitas baixas, muita bala perdida, muito sofrimento.¹²⁸

O Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Mário Sérgio reitera em entrevista:

Os equipamentos, como todos puderam observar, foram facilitadores desses confrontos. Os equipamentos, os carros blindados que nos apoiaram, os carros da Marinha. Poderiam ser combates muito mais duros, com prazo muito maior, com número de feridos muito maior e esses veículos nos deram uma vantagem muito grande e pretendemos continuar usando esses equipamentos no futuro.¹²⁹

Os blindados funcionaram em toda a sua potência coerciva, que está diretamente articulada com sua potência de proteção. Os bandidos fugiram da favela, agora libertada do domínio do tráfico. Trata-se de uma primeira vitória a princípio sequer cogitada. A partir de então, o uso do blindado não é questionado como uso de truculência ou exagero bélico já que eles estavam ali para facilitar a ação, evitar mortes e proteger a população. Fica aqui bastante evidente a restrição de proteção: a população pobre que mora nas favelas é displicentemente incluída nessa faixa dos protegidos, mas silenciosamente excluída, visto que jamais se questiona que os aparatos militares para subirem as ruelas apontavam em direção às suas casas. Caso houvesse uma resistência prolongada por parte dos bandidos, a guerra se instalaria no portão das casas dessas pessoas e o episódio teria sido considerado inevitável. Neste contexto, a convivência com o armamento é apenas um dado, dentre muitos outros mais importantes. “O que caracteriza um Estado de polícia é aquilo que lhe interessa, é o que os homens fazem, é sua ocupação”:¹³⁰ a militarização da segurança pública e sua ação nos bairros favelados é tratada como infelizmente necessária, pois aparece como a única maneira de lidar com os meliantes. A construção do discurso do Jornal Nacional neste dia reforça a idéia de que é exatamente disso que precisamos.

O âncora Márcio Gomes, ao entrevistar o Coronel Mário Sérgio demanda por mais proteção:

¹²⁸ *Ibidem*

¹²⁹ *Ibidem*

¹³⁰ FOUCAULT, 2008, p.433.

Sobre o patrulhamento na cidade do Rio de Janeiro especificamente. A Secretaria de Segurança disse que houve um reforço no patrulhamento, mas os ataques continuaram hoje. Muda alguma coisa pra amanhã nesse patrulhamento? Quem sabe aceitar a ajuda da força nacional de segurança que o governo federal ofereceu?¹³¹

Ao que o coronel Mário Sérgio responde dizendo que as tropas estão num crescente, cortando folgas, prontidão e agora estão recebendo o pessoal que estava de férias e na reserva que se ofereceu para trabalhar. Neste ambiente militarizado, os próprios policiais deixam suas casas voluntariamente para reforçar a ação. Parece, portanto, consenso entre imprensa, governo, policiais e sociedade que o que está sendo feito é imprescindível para evitar o risco de aumentar o caos na cidade.

Neste ponto é importante entender como se constrói essa dinâmica do risco nas cidades, levando em consideração a construção discursiva da experiência da cidade e a necessidade de ação do governo. Paulo Vaz nos indicará um caminho de entendimento.

Genericamente, o conceito de risco implica trazer um acontecimento adverso para o presente, simular suas chances de advir através de algum nexos causal e, portanto, incitar à que se evite fazer aquilo que amplia suas probabilidades de ocorrer. O conceito implica, ainda, uma dupla contingência: além de o acontecimento negativo a ser evitado ser meramente provável, só existe risco se este puder ser atribuído, no todo ou em parte, a uma decisão humana, seja ela do próprio indivíduo ou de um outro agente que possa ou pudesse ter algum tipo de poder para evitar o advento ou minimizar suas consequências negativas.¹³²

O que aumenta a necessidade de reação daqueles que estão preocupados com a segurança pública é que a violência dos criminosos estava dada durante todo o dia. A equipe do Jornal Nacional registrou “a movimentação dos bandidos fortemente armados nas ruelas da favela”.¹³³ Eles estavam se preparando para atacar a cidade e a polícia então começou a invasão do seu território e conseguiu afugentá-los. O discurso do Jornal Nacional conta a história afirmando que o procedimento funcionou, pois os “traficantes” estavam descontrolados e se amontoaram, em cerca de duzentos homens, em uma fuga desesperada, saindo da Vila Cruzeiro e escapando para o outro lado do morro, onde fica o Complexo de Favelas do Alemão, seu novo refúgio. “A imagens do bando ao chegar perto das casas dá

¹³¹ Jornal Nacional, *op.cit.*

¹³² VAZ *et al.*, 2005

¹³³ Jornal Nacional, *op.cit.*

dimensão do que a polícia do Rio está enfrentando. (...) Um deles se exhibe, com um fuzil apontado para o alto”.¹³⁴ A polícia tinha vencido uma batalha, mas não a guerra.

A repórter, com certa indignação se pergunta: “E a polícia não estava preparada para essa fuga em massa?”.¹³⁵ Ao que o Coronel Mário Sérgio logo em seguida responderá:

Eu preciso até esclarecer que aquelas imagens mostradas de helicóptero, exibidas de cima, podem dar uma falsa impressão de que era fácil prever que eles poderiam fugir daquela forma. Só que a topografia local não nos permite colocar pessoal ali entre duas encostas sob fogo direto dos traficantes de ambos os lados. Então havia essa dificuldade. E as dificuldades vão sendo vencidas aos poucos. E os criminosos de qualquer maneira, seja para onde forem, eu volto a repetir, nós vamos atrás deles.¹³⁶

Fica muito claro no discurso do Coronel e no papel da polícia construído em toda a cobertura que ela está realmente se assumindo como defensora da sociedade desses criminosos que não parecem poder ser fruto do mesmo ambiente que aqueles que sofrem com suas ações. A matéria está sempre acompanhando a ação policial, é cúmplice dela, as câmeras apontam na mesma direção que as armas dos oficiais, por isso sempre encontrarão as armas dos criminosos lhes ameaçando a vida. Trata-se de uma cobertura que fortalece a reação policial diante dos que estão em suas casas esperando que esta operação dê certo e que todas as armas perigosas sejam retiradas de circulação.

Esta cumplicidade fica evidente em entrevista feita por um repórter com Paulo Henrique Soares, o comandante do Bope, no sopé da Vila Cruzeiro.

- Como é que o senhor tá sentindo? A gente percebe aqui pela população uma certa solidariedade. Eu vejo coisas que eu não via da outra vez: a população fornecendo água, fornecendo abrigo. Como é que o senhor está sentindo o clima da população em relação à presença das suas tropas?

- Está ficando cada vez mais claro quais são os lados: o lado do bem e o lado do mal. E a população sempre vai escolher o lado do bem.¹³⁷

A dicotomia entre bom e mau aparece durante toda a cobertura e vai sendo progressivamente reforçada, sistematicamente se transformando na verdade da situação que atravessa a cidade. A população aparecerá sempre apoiando a operação e injetando falas de esperança na história que está sendo contada: “A gente sai, não sabe se pode chegar numa

¹³⁴ *Ibidem*

¹³⁵ *Ibidem*

¹³⁶ *Ibidem*

¹³⁷ *Ibidem*

janela, chegar num portão. Tem que acabar, né. A gente espera a melhora sempre, né. Acho que dessa vez algo tem que acontecer.”,¹³⁸ ou “No final de tudo quem vai vencer é o bem, né. O bem tem que vencer”.¹³⁹

26 de novembro – A expansão militarista

O Jornal já começa mostrando novos ataques na cidade: “A cena se repete em ataques pontuais”.¹⁴⁰ A edição parece mostrar um clipe de repleto de ações de violência sob o som das sirenes: ataques, carros queimados, pessoas presas e ônibus escassos. “Não tem hora marcada nem lugar certo. De repente ônibus, caminhões, vans, carros viram alvos de incêndios criminosos”.¹⁴¹ Histórias de ataques com falas de pessoas que sofreram. Outras mostram o abuso dos bandidos: “há menos de 500m de uma delegacia, bandidos botaram fogo neste caminhão, tentaram fugir, mas acabaram surpreendidos por policiais militares”.¹⁴² Uma dona de casa e um fotógrafo são feridos. Fica claro que a situação na cidade não melhorou apesar de a polícia fazer a sua parte: “A polícia trabalhava fazendo ronda em pontos estratégicos da cidade”.¹⁴³ A repetição diária da notícia desses crimes e a descentralização das ações ajudam a construir os espaços da cidade do Rio de Janeiro como locais ainda mais perigosos que antes. As ruas começam a esvaziar.

Neste dia algumas vítimas dos ataques também aparecem para contar o que viram. Um motorista de ônibus faz sua declaração: “Chegaram, saíram entrando no carro, no ônibus, tacando gasolina... tacaram fogo no carro e saíram correndo em menos de 1 minuto. Achei uma covardia, né? Porque somos todos trabalhadores, não temos nada a ver com o que está acontecendo com eles”.¹⁴⁴ A ideia de que ninguém na cidade tem a ver com o que está acontecendo, sobretudo com os traficantes, torna toda a situação ainda mais injusta. Uma repórter então resume a situação:

Depois do ataque, um ponto de ônibus totalmente queimado. A intenção dos bandidos é deixar marcas de medo pelas ruas. Mas essa estratégia dos criminosos vem esbarrando na grande mobilização das forças de segurança. Diante de uma forte reação do Estado, o chamado crime organizado já deu sinais de que não é tão organizado assim.¹⁴⁵

¹³⁸ *Ibidem*

¹³⁹ *Ibidem*

¹⁴⁰ Jornal Nacional, 26/11/2010, anexo 4

¹⁴¹ *Ibidem*

¹⁴² *Ibidem*

¹⁴³ *Ibidem*

¹⁴⁴ *Ibidem*

¹⁴⁵ *Ibidem*

Nesta fala fica claro que não importa o que aconteça: se o Estado se organiza e responde à violência, reprime e pune, não há como a situação não se resolver. Os especialistas aparecem na construção narrativa para enaltecer a mobilização governamental e responsabilizar mais uma vez os bandidos pelo sofrimento.

Se garantem [os bandidos] na sua arma e no seu terreno: desarticulados e fora da sua área de conforto demonstram todo o seu lado de desorganização. E são covardes: atuam na ausência da polícia, por trás da polícia ou favorecidos pelo terreno. E muitas vezes colocando entre eles e a polícia a sociedade que tá ali. A grande arma que eles tem não é o fuzil, não é a munição, é o terreno. E a polícia ontem venceu o terreno.¹⁴⁶

Enquanto isso, o governo do Estado aparece em reunião com o ministro da defesa e os representantes de todas as forças militares do país. A ajuda federal é então definida como uma “demonstração de união para a guerra contra os traficantes”:¹⁴⁷ o governo do estado pede ajuda e os militares, devidamente vestidos com suas fardas de combate, e o ministério oferecem o que há de melhor: “São 800 paraquedistas, a tropa de elite do exército. Não haverá recrutas nem soldados temporários, apenas militares profissionais, todos com experiência e em grande parte que já atuaram inclusive no Haiti”; “mais dez carros para transporte de tropas: a maior parte sem pneus, sobre lagartas, o que possibilita o avanço mesmo nas piores situações”; “três helicópteros blindados na operação”.¹⁴⁸ A matéria mostrará os detalhes de cada equipamento e tratará essa tomada de decisão o tempo todo como a mais acertada: o Rio de Janeiro precisa de apoio na luta pela paz – e quanto mais tiros o apoio for capaz de disparar, mais fácil será garantir a tranquilidade. A noção de segurança é reforçada por essa reunião. A questão dos marginais serem uma produção subjetiva coletiva, que depois deve ser exterminada como lixo social pela polícia não chega sequer perto das suposições feitas em torno dos dispositivos de segurança pública.

A impressão que se tem é que agora a operação contra o tráfico no Rio será feita por profissionais. A dúvida que surge é se este planejamento está sendo feito em resposta a uma situação que realmente chegou a um ponto tal que precise desses dispositivos de guerra – que levantamos a pergunta de que talvez seja uma perspectiva nunca justificável – ou se não é apenas a resposta positiva que esperava o âncora Márcio Gomes para o questionamento feito

¹⁴⁶ *Ibidem*

¹⁴⁷ *Ibidem*

¹⁴⁸ *Ibidem*

na noite anterior ao Comandante Mário Sérgio. Não que a Secretaria de Segurança Pública estivesse respondendo aos desmandos de um jornalista, mas que sua pergunta e insistência talvez evidenciassem um grau de desespero que permitisse esse tipo de medida. Mais claramente, paira a dúvida se a pergunta do repórter não pareceu ser a pergunta de toda a sociedade: o Estado vai insistir em achar que pode resolver sozinho? Temos medo, queremos uma solução efetiva e rápida. A resposta do governo foi tão intensa que o próprio presidente precisou autorizar a liberação de tantos equipamentos e homens: tratava-se de uma colaboração realmente expressiva.

O governador Sérgio Cabral, ao final da reunião, emocionado com sua conquista, afirmou: “Se nós não conseguirmos levar definitivamente a paz àquela região, àquela comunidade como a toda comunidade do Rio de Janeiro, será uma obra incompleta. Hoje mais do que nunca o povo do Rio de Janeiro está consciente de que a lei e a ordem são conquistas básicas”.¹⁴⁹ O ministro da defesa, Nelson Jobim, em seguida completará: “Nós chegamos num ponto em que o confronto, o confronto, a tomada é uma necessidade para exatamente assegurar a possibilidade de termos um estado com paz, um estado em que possa se assegurar o exercício perfeito dos direitos humanos”.¹⁵⁰ A maneira como esses discursos aparecem mostra que todos estão convencidos de que a ação militar categórica é o melhor enfrentamento aos bandidos que se concentram neste momento na favela do Alemão.

Para reforçar a certeza de que é preciso invadir as favelas com os tanques e enfraquecer os bandidos, o Jornal se dedicará a apresentar as melhoras aparentes na Vila Cruzeiro após a invasão por parte da polícia. O texto da matéria de Bette Lucchese evidencia esta intenção: “Hoje, nas ruelas da favela, vestígios da última guerra: carros queimados, marcas de tiro de grosso calibre. Agora, os moradores começam a recuperar o que foi destruído e também as vidas abaladas pelo antigo domínio do tráfico”.¹⁵¹ Esta fala diz que a favela não está mais dominada pelo tráfico, uma nova era se inaugura. Lilia Teles diz ter entrevistado uma senhora que afirma que a ocupação pelas tropas militares “era o melhor que poderia ter acontecido aos moradores da Vila Cruzeiro. Ela mora aqui há 53 anos e diz que pelo menos há quinze anos todos eles se sentem reféns do tráfico. E ela usou a palavra libertação para definir o que eles sentem agora nesse momento”.¹⁵² No mesmo dia, a favela aparecerá no noticiário novamente como se vivesse algo totalmente inovador: “Enquanto isso, na Vila Cruzeiro, sem o domínio do tráfico a solidariedade pode ser vista por todos.

¹⁴⁹ *Ibidem*

¹⁵⁰ *Ibidem*

¹⁵¹ *Ibidem*

¹⁵² *Ibidem*

Moradores começam a reconquistar o que tinha perdido há muito tempo, o sossego”.¹⁵³ E então os moradores são convocados a confirmar as impressões dos jornalistas: “Silêncio total. Não tinha o que falar, nem podia dar um bom dia que não pode dar nem essas confianças”; ou “Uma melhora para toda a comunidade se sentindo tratada com dignidade e com respeito. Que não seja mais uma dessas que vem e saia pra gente viver à mercê disso. A gente é do bem, a gente só quer paz, paz”.¹⁵⁴ Reforça-se aqui a ideia do Estado conservador da vida, que deve proteger e dar o necessário, mesmo que por outra via paralela venha a opressão e a coerção. A população aprendeu a desejar o mínimo diante das expectativas que o Estado as doutrinou a ter, deixando de lá seus interesses por um investimento na mudança estrutural das forças políticas do espaço público – trata-se de utopia.

Nessa construção discursiva tudo leva a crer que o Rio de Janeiro parece estar conquistando a tranquilidade que merece. Em apenas 24h de invasão a Vila Cruzeiro já apresenta melhoras: não está mais sob o julgo do tráfico, o lixo todo está sendo removido, os moradores aparecem organizando a rua. A organização social e do espaço público começam a aparecer como uma consequência natural da mudança de “gestão” do território. Onde o Estado está o tráfico não está, e isso começa a indicar que aquela região virará um bairro esquecido como outro qualquer no subúrbio carioca. Isto isenta o público da culpa silenciosa de ter permitido primeiro que, durante este tempo todo, a região fosse submetida ao poder dos traficantes; segundo que a recuperação do espaço fosse feita da forma que foi – com tantos tiros e confusão. Tratava-se de uma situação de emergência e agora o jornal mostra que tudo vai bem: não se tem mais dívidas, as pessoas não estão mais sofrendo.

Este modelo de guerra preventiva dá a falsa impressão de que a ocupação militar aplaca o inimigo. A medida do preconceito pode ser dada quando é entendido como vida submetida ao fuzil àquela que está dominada por traficantes varejistas, no entanto, um comando militar com data para entrar, mas não para sair, militariza também a vida social e os direitos políticos desses cidadãos. Estamos diante de uma simulação de guerra e uma simulação de heróis, que na verdade se confunde, em postura, com os inimigos. A diferença, como já tratamos, está na direção de que a arma está apontada. A ocupação do território pelo governo acaba soando aparentemente tranqüila, mas parece-nos e ingenuidade achar que para os moradores de favelas as consequências são as melhores possíveis. Dentro dos discursos recortados para o Jornal Nacional alguns chegam a sugerir que aquilo tudo só vale a pena se o

¹⁵³ *Ibidem*

¹⁵⁴ *Ibidem*

Estado realmente passar a olhar para a região. No entanto, estas pequenas rupturas de perspectivas também passam ao largo da padronização da esperança.

A população do Alemão terá o mesmo destino, visto que o Estado está se preparando para executar uma ação com igual vitória. O secretário Mariano Beltrame dá seu veredito:

Essas pessoas vivem a estigma de um fuzil há décadas. Mas, eu tenho certeza que através das ações que nós estamos implementando no Rio de Janeiro há dois anos nós fizemos com que várias pessoas passassem a desenvolver o que é mais digno no ser humano que é a esperança. A instalação da UPP na medida em que ela tira o território imposto por armas de guerra ela transmite esperança às outras pessoas. E esse é o nosso objetivo e é isso que vai ser levado pra toda sociedade carioca até 2014. (...) Já livramos 12 mil pessoas do estigma de um fuzil. Nessa região não vai ser diferente.¹⁵⁵

Este contexto remonta a idéia de um uso privado do espaço público, onde cada um lida com o espaço da rua da maneira que melhor convém. A vivência do coletivo e a implicação nas relações não são estimuladas por essa construção da história, muito pelo contrário. O discurso do *Jornal Nacional* é montado a partir da opacidade do olhar sobre a favela: visualizamos a padronização de comportamentos e a simplificação da alteridade: rapidamente a favela passou a ser vista como algo bem parecido com o asfalto. Sua brutal diferença, o traficante, está sendo expurgada, não há mais motivos para que ela se mostre como objeto de preocupação. Isto porque o traficante é o pobre que em suas práticas passou a causar transtornos para os não pobres em geral, que começa a ter seus problemas resolvidos com o silêncio desses indivíduos. A dinâmica da reportagem, no entanto, é de generalização dos desejos e transferência dos discursos: a população das favelas aparece querendo exatamente o mesmo que o público da notícia: “A gente é do bem, a gente só quer paz, paz”.

O resultado positivo das operações aumenta a esperança dos moradores. É um ciclo de confiança e colaboração, assim como acontece em favelas que receberam o programa de policiamento permanente. As doze Unidades de Polícia Pacificadora devolveram ao rio territórios antes dominados pelo tráfico.

Esta fala da repórter indica que a solução para a crise e para a produção de violência no Rio de Janeiro pode mesmo estar no policiamento permanente. A UPP promove uma fiscalização diária das ruas dos morros evitando a necessidade de incursões policiais e protegendo o território da instalação armada dos traficantes. A medida funciona como uma

¹⁵⁵ *Ibidem*

arquitetura de segurança pública, como afirmará Beltrame em entrevista neste dia. Além disso, a UPP colabora para a aproximação do policial com a sociedade. Ele já não é mais um agente de ações pontuais, mas de convívio permanente. Segundo Malaguti, trata-se de docilização dos corpos e “obediência cadavérica”: a UPP é policiamento para o entorno.¹⁵⁶ Um especialista, novamente, José Augusto Rodrigues, sociólogo da UERJ, confirma a versão da reportagem:

Através da criação das unidades de polícia pacificadora a polícia vem mudando a sua imagem junto à população. Vem ganhando maior credibilidade, vem sendo menos associada à truculência, à corrupção. No momento que ela sente que há uma reação maciça, ordenada e coerente da polícia, a população volta a se sentir amparada e protegida pela polícia.¹⁵⁷

A partir de então, todo o discurso do dia se preocupará em enaltecer e estimular a população a apoiar o trabalho que está sendo feito. Um ex-capitão do Bope é convidado a falar sobre a importância deste apoio e afirma: “Os policiais que estão lá na ponta, que estão arriscando a sua vida tem que se sentir privilegiados pela população. Isso é fundamental para se manter ímpeto, manter esse ânimo de conquista de terreno como eles apresentaram ontem”.¹⁵⁸

A edição deste dia do Jornal Nacional mostra um Estado de Polícia cada vez mais forte. Este Estado virá libertar a população de seu estigma de vítima e se confirmará como cliente deste governo que fará de tudo para mostrar sua habilidade de gestão. Não se trata, portanto, apenas da articulação entre os níveis de governabilidade como prefeitura, governo do estado, governo federal e militares, mas agora a população trocou de lado e não está mais estigmatizando a competência do Estado. Estão todos unidos contra um inimigo comum: o sujeito criminoso. E a fala de um popular vem apenas carimbar este movimento: “O Brasil todo torcendo pra isso ai acabar, essa violência”.¹⁵⁹ Todos querem ser livres para exercitar sua felicidade.

Não importa que tudo isso nos afaste cada vez mais de um convívio aceitável nas nossas grandes cidades, cenário de tantas injustiças e desigualdades sociais; o importante foi a construção de um senso-comum criminológico que, da direita fascista à esquerda punitiva, se

¹⁵⁶ MALAGUTI, 2011, *inf. verb*

¹⁵⁷ *Ibidem*

¹⁵⁸ *Ibidem*

¹⁵⁹ *Ibidem*

ajoelha no altar do dogma da pena. Incorporam ambas o argumento mais definitivo para o capital contemporâneo: é a punição que dará conta da conflitividade social, é a pena que moraliza o capitalismo.¹⁶⁰

A polícia se humanizou, o que fica claro na fala de Beltrame, chefe de toda essa operação: “A angústia da população é a minha angústia, é a nossa angústia. Agora nós temos um horizonte e não podemos recuar. Nós temos que ir em frente”.¹⁶¹ E a população parece ter militarizado sua liberdade quando responde que a polícia só poderá vencer esta guerra “enfrentando. Não pode abrir guarda um minuto”,¹⁶² segundo a fala de uma senhora de classe média.

Novamente o âncora Márcio Gomes parece fazer a pergunta que prevê o dia seguinte: “O que garante que eles não possam fugir ou, tão grave quanto isso, receber apoio, receber ajudar dos comparsas de outras comunidades?”¹⁶³ Ao que o secretário responde já avisando o que virá a seguir:

Nós temos que ocupar território, consolidar território e progredir. Na medida em que se seguir fixando essa meta e que se for alcançando objetivos, nós, cedo ou tarde chegaremos a esses criminosos. Na medida em que eles saem do conforto do seu reduto, eles ficam vulneráveis e aí a polícia pode, com mais tranquilidade e menos complexidade, atuar e prendê-los.¹⁶⁴

27 de novembro – O ultimato e a covardia

Vejamos a escalada do Jornal Nacional no dia em questão.

A polícia dá um ultimato aos criminosos no Rio: ou se entregam nas próximas horas, ou vai ocupar o Morro do Alemão. Nossos repórteres mostram as gravações telefônicas que levaram a Justiça a decretar a prisão de advogados acusados de trazer as ordens para os ataques. Presas mulheres de traficantes suspeitas de lavagem de dinheiro. E, no sétimo dia de confrontos no Rio, cai o número de ataques a carros e ônibus.¹⁶⁵

Não é preciso se aprofundar nos detalhes das notícias para já, a partir deste pequeno texto, saber que este foi um dia de muitas vitórias para o Estado na guerra contra o crime. O território onde os bandidos estão reunidos já está cercado pelas tropas com os melhores militares do estado e do país; aqueles que são coniventes com o tráfico e com os ataques

¹⁶⁰ MALAGUTI, *op.cit.*

¹⁶¹ Jornal Nacional, *op. cit*

¹⁶² *Ibidem*

¹⁶³ *Ibidem*

¹⁶⁴ *Ibidem*

¹⁶⁵ Jornal Nacional, 27/11/2010, anexo 5

promovidos na cidade estão sendo caçados, presos e punidos; e o número de incêndios criminosos diminuiu, o que, dito desta maneira, diminui exponencialmente o medo de sofrer com estes crimes. A narrativa está chegando a seu ápice.

No entorno do Morro do Alemão, “tropas da polícia militar e das forças armadas, apoiadas por equipamento pesado de guerra estão prontas para ocupar uma das maiores e mais violentas favelas da cidade”.¹⁶⁶ A repórter que faz plantão no sopé da favela diz que este dia é o mais tenso de todos. O comandante da Polícia Militar, Mário Sérgio, após armar o cerco contra os traficantes, dá o ultimato via televisão: devem se entregar numa esquina entre a favela e o asfalto.

Nós estamos com tudo pronto para fazer o resgate daquele território. Por isso, nós estamos ordenando aos criminosos para que se entreguem enquanto ainda há tempo. Os criminosos que quiserem se entregar, que levantem suas armas. Nós os estaremos esperando na Rua Joaquim de Queiroz para encaminhá-los ao cárcere. Depois que a polícia entrar, a situação será muito difícil.¹⁶⁷

A ameaça de truculência, a adesão à barbárie, o discurso inflamado, a covardia da ação, nada será questionável na tomada de decisão ou no discurso oficial. É na Rua Joaquim de Queiroz – principal do Morro do Alemão –, esquina com a Estrada do Itararé – a primeira via do asfalto no pé da favela –, que se encontram os jornalistas de todos os veículos, esperando ansiosamente que um milagre aconteça e os bandidos larguem suas armas, se rendam e se redimam para cumprir pena por todos os crimes que cometeram contra a sociedade. A polícia montou uma base, disponibilizou ônibus para fazer o transporte dos criminosos que se entregassem. No entanto, a consciência dos sujeitos, como tratamos durante todo este trabalho, é múltipla e móvel, e não controlada a um padrão médio como se esforça o homem contemporâneo. Nem todos sentem a mesma culpa, ou nem todos reagem da mesma forma a ela. Não há padronagem de comportamentos: apenas três deles se entregam. Um deles foi levado pela própria mãe e sem glamour, sem piedade, foi recolhido e preso.

A madrugada daquele dia tinha sido de resistência, os bandidos estavam no alto do morro ainda reagindo à ocupação dos militares na circunferência da favela. Ao longo de um dia inteiro de tiroteios, comércio fechado e ruas vazias, as famílias que podiam começaram a deixar a favela, na esperança de não presenciar a guerra que o Estado estava montando contra os traficantes desesperados na porta de suas casas. Alguns bandidos ainda ousaram fugir

¹⁶⁶ *Ibidem*

¹⁶⁷ *Ibidem*

como se fossem moradores comuns e foram presos nestas tentativas. Os “bandidos desumanos” chegaram a tentar usar uma criança para tirar uma mochila de 30 mil dólares da favela, mas o exército, eficiente, conseguiu apreender o montante. Durante todo o dia todos foram sendo revistados.

Os moradores da favela falam do sofrimento porque passam: “Ah, tá horrível lá. Na minha casa furou a caixa d’água, um tiro”,¹⁶⁸ a repórter pergunta se não dá mesmo pra ficar e a moça responde que não. Estas narrativas de angústia são tidas novamente como inevitáveis. São pessoas que infelizmente lidam com isso há anos. Os sucessivos pedidos de paz aparecem como imagens curtas, algo que apenas reitera a ação que o Estado está programando. Nada, na reportagem, faz pensar que de repente o pedido de socorro possa estar relacionado à ocupação programada – será que a população deseja esta invasão? Isto porque se faz comparação com a Vila Cruzeiro, já ocupada, onde o clima é apontado como diferente: os ônibus circulam, o comércio está aberto, as pessoas fazem compras, vão para o trabalho: estão em pleno exercício maquínico de sua função de cidadão-cliente. Nada de muitos questionamentos. Eles não parecem ter nada a dizer além de “Por enquanto tá bom, tá normal. Vamos ver que continue assim”.¹⁶⁹

Apontamos um preconceito velado na maneira de apresentar estas histórias. Parece-nos claro que, caso se tratasse da necessidade da classe média se deslocar do recanto de seus lares por conta da violência, esta seria uma matéria dramática, cheia de análises e culpabilizações. Rapidamente alguém seria responsabilizado e chamado a responder pelo contexto. No caso da favela e da pobreza o culpado é o traficante, ele está lá mesmo sem ter o direito e nunca jamais nada explicará esta situação. Não há explicação, pois não há entendimento do caso. Não se produz, portanto, um primeiro conhecimento, como proposto nos Princípios Editoriais das Organizações Globo, mas uma reprodução sem novidades do mesmo entendimento preconceituoso, dentro das mesmas formas de todo aquele que é produzido nas notícias sobre crime no Rio de Janeiro.

A dinâmica deste preconceito aparece novamente quando tratamos do direito ao discurso. Um tiroteio no meio da tarde causa pânico entre os jornalistas. A repórter grava um depoimento ofegante: “São muitos jornalista por aqui e nós acabamos de ouvir muitos tiros. As pessoas se assustaram, todo mundo se abaixou aqui. É realmente um momento de muita tensão”.¹⁷⁰ E a narração volta para contar brevemente: “No rosto dos moradores que tentavam

¹⁶⁸ *Ibidem*

¹⁶⁹ *Ibidem*

¹⁷⁰ *Ibidem*

deixar a região, desespero e medo”.¹⁷¹ Durante a fala, a câmera filma o rosto de crianças chorando, sem som. Ninguém fala. A população da favela não se pronuncia sobre o medo, não tem a oportunidade de dar o seu depoimento, não tem direito ao discurso e seu direito ao medo está limitado a pequenos trechos, cujo nexos é construído por outrem.

Neste dia o Jornal tratará também da prisão de mulheres e advogados dos traficantes presos, que supostamente ajudam a manter a dinâmica de ilegalidade dos sujeitos-criminosos. São colaboradores do tráfico que foram descobertos pelo Estado em paralelo à ação militar nas favelas e a transferência de presos. Diz o jornalista: “As prisões de parentes desses criminosos indicam que o cerco aos traficantes não está apenas no entorno das favelas que eles controlam. A polícia quer impedir o acesso dos chefes do tráfico a qualquer fonte de financiamento. Uma maneira de sufocar o crime no Rio”.¹⁷² Desta maneira, fica claro que o Estado está trabalhando em todas as frentes para a eliminação deste que é conhecido como poder paralelo – pois, segundo diz o documento que pede a prisão dos advogados, “a privação de liberdade dos denunciados quebrará a cadeia de comando”.¹⁷³ Podemos refletir sobre a questão da judicialização da vida e da sensação de proteção que se tem com um Estado que eficientemente age em nome da tranquilidade e não permite que ninguém desfrute dos prazeres de um comércio ilícito. A fala do presidente do TJ-RJ em entrevista ao Jornal acaba reiterando esta idéia: “Se for parente ou se for advogado e estiver cometendo delito, o local dele é na cadeia. Esse advogado que tem a carteira e age pior do que o traficante, colaborando para que esses eventos aconteçam, ele é pior do que o traficante, ele é mais bandido que o traficante”.¹⁷⁴ Em outras palavras, além de combater o crime, com essas prisões o Estado está combatendo todos aqueles que se desviam do caminho da correção, daquele é que o jeito certo de viver: trabalhar, ganhar dinheiro e ai sim desfrutar.

A construção da notícia da prisão das mulheres dos traficantes em condomínios de luxo dá pequenos indícios sobre esta idéia de combate a incorreção, prazer injusto: “Os moradores do condomínio de luxo na Barra da Tijuca se surpreenderam hoje de manhã com a chegada da polícia”.¹⁷⁵ Fica óbvia a naturalização da diferença de tratamento sobre a chegada da polícia nos locais e o preconceito reforçado. Mais do que isso, aqueles que realizam seus desejos sem o devido o esforço, que se desviam em ações ilegais da dinâmica de compensações e privações pelas quais todos passam devem ser castigados. Silenciosamente

¹⁷¹ *Ibidem*

¹⁷² *Ibidem*

¹⁷³ *Ibidem*

¹⁷⁴ *Ibidem*

¹⁷⁵ *Ibidem*

todos comemoram quando as mulheres dos traficantes, que estavam esbanjando recursos em condomínios de luxo perdem suas regalias injustamente conquistadas e vão para trás das grades.

No resto do Jornal, os repórteres tentam prever o que acontecerá. Os bandidos não se entregaram. Será que pensam mesmo que podem enfrentar todo o armamento do Estado? Será que possuem alguma estratégia inovadora, algum elemento surpresa? A âncora questiona Rodrigo Pimentel, com certo medo, mas já se mostrando íntima da questão das estratégias:

- Rodrigo, nós estamos falando de um complexo de favelas enorme; com centenas de milhares de pessoas morando; uma geografia, como você citou, muito complicada; com vielas estreitas onde esses carros blindados talvez não consigam passar... Quer dizer, como agir nessa circunstância? E também, subir é pior do que, né, a visão que eles tem lá de cima seria um pouco melhor do que a da polícia?

- Carla, a estratégia da polícia foi muito inteligente. A polícia vai realizar uma ação típica de guerra martelo e bigorna, de cerco. Ao longo da segunda-feira e terça-feira a polícia tomou um morro lateral, que é a Vila Cruzeiro. Então a polícia tem pleno domínio de uma área de vegetação gigantesca, a Serra da Misericórdia. Estamos falando aqui de uma região maior que a maioria das cidades do Brasil. Maior do que o município de Volta Redonda. São 400 mil habitantes. É uma verdadeira cidade. Uma cidade muito grande. Mas a polícia tem condição de descer por essa serra, tendo um total controle dos traficantes; e tem condições de subir também pelo lado do Complexo do Alemão. Então a polícia está em vantagem tática. E a polícia está em condições de realizar o cerco. Os traficantes estão realmente aflitos, desesperados. Podem tentar reações ousadas, mas a polícia está preparada pra isso.¹⁷⁶

A polícia está preparada, pois armou um cerco com 2,6 mil homens em torno do Complexo do Alemão. Segundo a âncora, “uma tropa que tem uma missão: livrar as favelas do poder dos bandidos”.¹⁷⁷ A sensação de segurança se monta especialmente nesta reportagem, que começa mostrando os tanques de guerra de até 23 toneladas, as quantidades e armas dos oficiais, e a estratégia do cerco, “numa união que o Rio nunca tinha visto”.¹⁷⁸ O reforço insistente da tese de que a união faz a força paralelamente reitera o lema do governo do estado “Somando Forças”. O discurso dos jornalistas, portanto, operam na mesma dinâmica dos discursos do governo. Ambos estão em plena sintonia em nome do interesse comum nesta guerra, que traduz a reportagem, trata-se de “uma guerra de dois lados: a lei e

¹⁷⁶ *Ibidem*

¹⁷⁷ *Ibidem*

¹⁷⁸ *Ibidem*

quem anda fora dela”.¹⁷⁹ Ousaríamos levantar a hipótese de que tratamos de uma guerra de duas leis, com procedimentos padrões muito parecidos: a lei do tráfico, que domina o morro com seus fuzis e vive do comércio de drogas e se arma contra a polícia para sobreviver; e a lei do Estado, que pratica o controle social e quer aglutinar a seus espaços os territórios dos morros aparentemente para libertar as pessoas, mas principalmente para limar todo e qualquer outro domínio possível nos campos gerais das dinâmicas sociais.

O discurso da construção da liberdade é apenas o motor de apoio social à dominação militar. Justificar a operação como uma busca pela liberdade plena é uma maneira de tornar as atitudes inquestionáveis, mesmo que sejam do terreno da afronta à própria vida. Em defesa da vida, combatemos as existências malignas. O apoio incondicional da imprensa dá a impressão de que não existe a possibilidade de se pensar uma perspectiva de atuação diversa.

O princípio de análise do discurso que seguimos aqui é o da raridade discursiva (FOUCAULT, 1997, p.137-144). Quando estamos diante de determinada construção midiática da imagem do criminoso, o que faz questão é porque precisamente esta, quando tantas outras seriam possíveis.¹⁸⁰

Trata-se da mesma questão para a situação de invasão do Alemão. O produto midiático nos diz que é imprescindível e infelizmente necessário subir o morro com uma tropa de mais de dois mil homens armados, repetindo um discurso policialesco. Não existe, neste caso, nenhum outro território de emanção a ser considerado. O discurso do Jornal Nacional opera no caminho para a verdade, já construída durante todos esses dias de cobertura e que agora só precisa de sua cartada final, a conquista do território. O que aceitamos em nome da segurança? Quanto vale a vida alheia em detrimento do nosso conforto? Com ou sem civis mortos na incursão do Alemão, muitas vidas foram ameaçadas e uma série de pessoas foram confrontadas em seu cotidiano, obedecendo a dinâmica dos ataques à rotina e no entanto nada disso ganha consistência argumentativa na apresentação do Jornal. Vera Malaguti ousa uma resposta sobre o assunto: “O paradigma bélico para a Segurança Pública é um artefato, uma construção política através da qual o capitalismo contemporâneo controla os excessos reais e imaginários dos contingentes humanos que não estão no fulcro do poder do capital vídeo-financeiro”.¹⁸¹

¹⁷⁹ *Ibidem*

¹⁸⁰ VAZ *et al.*, 2005a, p.76

¹⁸¹ MALAGUTI, *op.cit.*

A imprevisibilidade e a necessidade de ação ficam ainda mais claras na nova aparição da repórter que faz plantão no entorno do Complexo do Alemão. Ela aparecerá dando o depoimento que deflagra a tensão que se monta na ação e prepara definitivamente a população para o que acontecerá na manhã do dia seguinte. A voz embargada pelo desespero e a câmera que filma sem acender as luzes por conta do risco que pode significar denunciar o local em que estão completam o cenário de pavor. Lilia Telles fala:

Olha, momento de muita tensão aqui. A gente inclusive não pode acender a luz por conta do perigo. O tiroteio é enorme, bombas explodindo. Os tiros vem lá de cima. A gente vê ai no céu, olha ai, a gente vê, tem balas traçantes passando por aqui. Muito tiro aconteceu agora a pouco, a gente teve um momento de muita tensão porque os policiais e as forças armadas estão preparadas para entrar no Morro do Alemão a qualquer momento. Está passando o prazo dado pela polícia para que os bandidos se entregassem. Nenhum deles se rendeu nesse ponto marcado pela polícia. Portanto, esse é um momento de muita tensão. Os tiros vem lá de cima do morro e exatamente essa área aqui que fica isolada onde a gente fica pra... olha ai, agora mais um tiro. É o tempo todo desse jeito, muitos tiros por aqui nesse momento que vai se tornando cada vez mais tenso a cada momento. A gente ficou inclusive numa área mais isolada aqui. A polícia proibiu que a gente chegue mais na frente, para que não fique vulnerável ao tiros dos bandidos que ficam lá no alto do morro e tem uma visão privilegiada desse ponto. A gente vai acompanhando aqui e volta a qualquer momento.¹⁸²

Diante desta situação, fica claro que a polícia não vai mais esperar pela rendição. Não precisa mais de justificativas para agir. Sua incursão militarizada e violenta na favela já tem todo o escopo para acontecer. Os jornalistas já estão todos a postos. A população esperava e deseja que a situação seja combatida. O acontecimento, o clímax, o filme de ação se resolverá na próxima manhã.

O apoio social à ação é inflamado e o tempo todo requisitado. A construção da idéia de libertação simplifica as questões e humaniza a desumanidade e a crueldade. A edição do Jornal do dia 27 é encerrada com uma história de comoção, um discurso de sensibilização. Tira-se a culpa dos processos, os moradores estão gostando do que estamos mandando para eles. Segue abaixo o texto final:

A gente encerra esta edição do Jornal Nacional com as palavras de uma moradora da Vila Cruzeiro. Uma das milhares de pessoas que transitam entre tiros pelas ruas do Complexo do Alemão. Durante o dia ela se aproximou de uma das pessoas da nossa equipe. Ela não se

¹⁸² Jornal Nacional, *op.cit*

apresentou. Ela apenas entregou essa caixinha de fósforos (a repórter mostra a caixa). Dentro, escrita à mão (ela abre a caixa e mostra a carta), uma cartinha. Ela diz assim: “Aos governantes e toda a força militar. Nossos guerreiros! nossos heróis! Que vieram nos libertar, Obrigada! Hoje é dia de Nossa senhora das graças, Liberdade, Liberdade! Abre as asas sobre todos nós! Dessa nação abençoada por Deus.” Essa moradora anônima assina em nome do lugar a que pertence: “a comunidade de Vila Cruzeiro. 27/11/2010”. Liberdade abre as asas sobre nós. Esse trecho da carta ficou famoso como parte de uma letra de samba da Imperatriz Leopoldinense e está também no hino da proclamação da república. Essa palavra liberdade, usada pela moradora, é mesmo a idéia a qual a gente chega quando vê o Estado recuperando de bandidos áreas ocupadas.¹⁸³

Dia 29 de novembro – A redenção e vida de todo dia

“Casa por casa, beco por beco – nada escapa aos homens do Bope, a tropa de elite da polícia militar. Todos devem ser revistados”.¹⁸⁴ Este início de matéria nos diz como ficou a situação no Morro do Alemão depois da entrada da polícia e da fuga dos traficantes. Esta nova rotina de fiscalização e controle social é apenas uma repetição de procedimentos. Não inaugura uma nova vida, não abre perspectivas para a favela. A população viverá do mesmo jeito, sob a ameaça de armas, agora dos oficiais e será estimulada, talvez obrigada a delação.

A favela tem casas coladas umas nas outras, é consenso que os moradores sabem de detalhes da dinâmica dos traficantes que aqueles que vivem no asfalto, incluindo aí o público, os jornalistas e os oficiais, não podem saber. Portanto, é necessário que essas pessoas denunciem o que sabem, e o jornal fará esta campanha:

Nesta nova fase da operação já não há confrontos. O momento agora é da investigação, da inteligência, e por isso a informação é fundamental. Nesse lugar da comunidade, onde as casas são tão próximas – ali uma janela – é claro que os moradores vêem muita coisa e sabem de muita coisa. E nesse momento eles estão contando o que sabem. (...) São informantes, protegidos para não serem identificados que ajudam a encontrar os esconderijos.¹⁸⁵

Esta “cultura do cagete”, como nomeou Vera Malaguti em palestra,¹⁸⁶ estimula a população a se integrar ao Estado de maneira obediente, através de um esquema de compensação: se delatarem, o Estado fica e atua, e dará em troca a estrutura social básica para

¹⁸³ *Ibidem*

¹⁸⁴ Jornal Nacional, 29/10/2010, anexo 6

¹⁸⁵ *Ibidem*

¹⁸⁶ MALAGUTI, 2011a, *inf. verb.*

o espaço coletivo. A população, portanto, se sente impelida a delatar por conta dos benefícios que terá, antes mesmo de tomar uma decisão autoral. Ao longo da cobertura deste dia, várias conquistas da polícia serão atribuídas à colaboração dos moradores: “75kg de cocaína, 300 de maconha, pistolas, fuzis, rifles, granadas, munição e farda camuflada”.¹⁸⁷ E depois mostrará as compensações com a frase “Os moradores do alemão receberam também a promessa de outras melhorias”,¹⁸⁸ seguida da exaltação do prefeito Eduardo Paes, um dos braços da união que faz a força: “Nós não vamos poupar recursos financeiros, recursos humanos pra que a população tenha dignidade e cidadania nesse território que agora é de novo dos cariocas”.¹⁸⁹

A delação aparecerá ainda outras vezes como responsável pelas operações ocorridas no dia. Uma ligação feita para o Disque-denúncia teria informado que as centenas de traficantes que a polícia militar esperava encontrar teriam fugido pelas galerias de uma obra de saneamento, que daria caminho para outro bairro, a dois quilômetros do Complexo. Esta explicação neutraliza a falta de previsibilidade desta fuga: os policiais esperavam prender pelo menos uma centena dos homens. O Jornal vai então investigar estas galerias e a repórter, orgulhosa, faz uma entrevista com um dos oficiais bem no local que seria possível que todos tivessem usado para escapular dos blindados. Segue o trecho:

- A polícia acredita que essa tenha sido uma das rotas de fuga dos chefes do tráfico. A nossa equipe de reportagem é a primeira a entrar aqui nas galerias de águas fluviais que cortam o subterrâneo do conjunto de favelas do alemão. Capitão Blaz, o senhor acredita que na hora do desespero, de madrugada, sem ter como sair, os traficantes possam ter seguido por aqui?

- É bem provável que estes marginais, numa atitude desesperada tenham desesperadamente tomado esta galeria como uma rota de fuga.¹⁹⁰

Fica claro neste texto que as falas da repórter e do policial se confundem, seus discursos são os mesmos, acreditam na mesma realidade, estão em busca da mesma verdade, percorrendo o mesmo caminho. Esta mistura entre Jornalismo e Polícia, Jornalismo e Governo, nos evidencia uma nova dinâmica social na cidade do Rio de Janeiro: a imprensa quer vir fortalecer a imagem do Estado para poder exigir dela a boa execução de suas funções protecionistas. A polícia vira um dos dispositivos de conservação da vida que discutimos nos capítulos anteriores.

¹⁸⁷ Jornal Nacional, *op.cit*

¹⁸⁸ *Ibidem*

¹⁸⁹ *Ibidem*

¹⁹⁰ *Ibidem*

A seguir, o texto de uma das reportagens do dia 29 que Lilia Telles fez sobre os oficiais que invadiram o Complexo do Alemão. Todo o texto da matéria tratará de heróis e vilões, apoio popular e libertação. Vejamos:

Policiais reunidos ao fim de uma semana exaustiva. [Fala de um policial:] “Eu devo ter tido de sono talvez dez horas durante toda essa última semana”. Foram dias em que cada um precisou e contou com a ajuda do outro. [Fala de policial:] “A gente tá sempre um defendendo o outro. Entregando sempre as nossas vidas na mão do companheiro”. Mas quem são esses soldados e policiais que ganharam destaque no mundo todo e que resgataram a comunidade do domínio do tráfico? E o que sentiram os pais de família, os filhos, as pessoas que existem por trás dessas fardas? Rodrigo Oliveira, policial civil e pai orgulhoso de um menino de quatro anos. Ele tinha a noção exata de que não estava sozinho. [Fala de policial:] “Algumas janelas começaram a ser abertas, algumas portas começaram a ser abertas e tudo isso debaixo de muito calor e uma tensão muito grande. Então nosso desgaste emocional e nosso desgaste físico, ele chega ao limite”. Foi nessa hora que o inspetor Ricardo Melani recebeu um recado: [Narração da carta:] “Carta para os policiais. Eu estou feliz porque entraram sem dar um tiro. Estão de parabéns. Obrigado pela nossa segurança. Eu tenho sete anos. Obrigado policial”. Para expulsar os traficantes, a polícia fez sim alguns disparos, mas o tiroteio foi bem menos intenso do que se esperava. A mensagem foi escrita por uma menina. [Fala de policial:] “Muito emocionado, né. Sete anos é a idade do meu filho também. Isso é muito bom pra gente, saber que a gente chegou e a população tá a favor da gente agora”. E esse não foi o único gesto de apoio. [Fala de policial:] “Uma criança de um sete ou oito anos de idade veio me oferecer água. Aquilo ali foi como se fosse um abraço fraternal. Foi quase um abraço que um filho dá em mim, um filho dá num pai”. O militar Carlos Eduardo Maia de trinta e três anos carregou no bolso as fotos do pai já falecido e da filha pequena. [Fala do militar:] “Eu pensei: agora ela vai ter uma vida de paz, uma vida de sossego, uma vida mais alegre nessa cidade”. [Fala do policial:] “Tem algumas crianças dentro da comunidade do alemão que provavelmente nunca viram polícia na vida. Então, a referência que ela tinha era a referência do criminoso. É isso que foi mudado no dia de ontem. A partir do dia de ontem a gente tem a certeza de que nós somos os símbolos dessa nova geração”.¹⁹¹

A partir da formulação deste texto e do direito ao discurso dado a policiais que não carregam a voz oficial da corporação, mas suas impressões pessoais, sua humanidade, pode-se perceber que sim o Jornal Nacional declara seu apoio à ação e a esses homens. Humanizá-los diante do público que está acostumado a criticá-los é uma ação de nova produção subjetiva, ainda mais articulada ao Estado, através de seu braço direito. A interação tão simbiótica entre

¹⁹¹ *Ibidem*, grifos nossos

estas partes sugere que a função da comunicação de postar questões e articular entendimentos está associada aos interesses do governo, e por isso, limitada em seu âmbito.

Pode-se afirmar que a construção midiática sobre a operação no Morro do Alemão deseja esvaziar qualquer discurso contrário. As muitas denúncias de abusos por parte dos policiais são resumidas e apresentadas no formato de nota coberta nesta edição do Jornal. Uma nota coberta é uma notícia narrada em off pelo âncora normalmente com imagens que não foram feitas pela produção de jornalismo do canal. A nota coberta normalmente trata de temas polêmicos, que seria bandeirante não noticiar, mas que não interessam como aspecto de discussão dentro do telejornal. No caso das reclamações de abusos, algumas imagens foram sim feitas pela equipe da TV Globo, mas não expressam o que há de considerado importante para aquela edição do Jornal. Não houve, portanto, preocupação dos jornalistas em investigar e registrar casos de abusos dos policiais e o sofrimento dos moradores. William Bonner narrará no futuro do pretérito, em um minuto e vinte e seis segundos o que ele definirá de possíveis abusos: “Em meio aos aplausos para a operação policial no conjunto de favelas do alemão surgiram também denúncias de possíveis abusos contra os moradores”.¹⁹² Sabe-se que isto significa que de certa maneira o Jornal não tem absoluta certeza do que está noticiando, são denúncias vindas de fora, não fazem parte do enunciado que o editor está construindo sobre a operação. Ao final da nota Bonner remarcará, na tentativa de retomar o discurso do Jornal, que o morador que afirma ter tido a casa destruída e seu dinheiro roubado elogiou a ação no Morro, apenas culpou o que chama de maus policiais pelo seu prejuízo.

A nota pé, no retorno da imagem para o âncora dirá que “a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro informou que as denúncias estão sendo investigadas e que a polícia vai montar um núcleo no Conjunto de Favelas do Alemão para o atendimento aos moradores”.¹⁹³ O fato de ser a própria polícia aquela que tomará nota das denúncias de desmandos de seus recrutas não é apontado como um problema ou um aspecto a ser abordado. A nota termina como pode: isenta o Jornal da notícia e neutraliza os efeitos negativos da pequena ebulição de discursos contrários: a questão está sendo apurada. E ponto final.

A retomada da rotina da vida no Alemão ‘libertado’ vira tema de uma das matérias do Jornal. E começa com a imagem dos militares fiscalizando os moradores:

“Cidadão, sai do carro, por favor!” Nas ruas desertas da madrugada, nada passava despercebido. “Pode levantar a camisa, fazendo o favor?”. Um embrulho na mochila, uma caixa de óculos... As cenas se

¹⁹² *Ibidem*

¹⁹³ *Ibidem*

repetiam e foram acompanhadas de perto pelo repórter Tiago Wells que passou a primeira noite no Morro do Alemão, depois da ocupação das forças de segurança. [Fala do repórter:] “Por exemplo ser revistado saindo de casa?” [Fala do morador:] “Não esquento não, esquento não. Quem não deve não teme”.¹⁹⁴

A vivência da rotina da segunda-feira sem mais a possibilidade de tiroteios é tida pelo Jornal como uma conquista da polícia. A ida para o trabalho ou ao barbeiro é uma mudança determinada pelo fim da possibilidade de confronto sangrento que se tinha antes. A presença dos blindados no sopé do morro ameaçando a entrada e o tiroteio é que mudou a rotina da favela. Aquilo que aparece no vídeo como retomada de suas vidas não é uma novidade ou uma conquista militar, mas sim um retorno àquilo que elas já faziam: trabalhar e ir ao barbeiro. Não é possível que haja qualquer novidade na rotina da favela sem a mudança da estrutura social e das dinâmicas de coletividade no território.

A única novidade aparente é que ao descerem para trabalhar todos seriam fiscalizados ao pisarem no asfalto. Isto é, todos se tornaram suspeitos. Não foi feita nenhuma espécie de identificação daqueles que estavam realmente indo trabalhar. Quando voltassem, todos seriam igualmente fiscalizados. A desconfiança da índole de todos os moradores da favela nos demonstra o preconceito imanente desta ocupação. No entanto, a matéria não faz esta interpretação dos fatos, nem sequer algum questionamento nesta direção. Mais uma vez trata-se de uma situação inevitável, que é explicada ela versão da polícia: “Segundo à polícia, desde os primeiros confrontos na semana passada, a preocupação é com a segurança dos moradores”.¹⁹⁵ Enquanto esta fala acontece, no vídeo, os militares passeiam nas ruas da favela portando fuzis. Não há novidades: os fuzis continuam lá.

Outro ponto de preconceito evidente nesta edição do Jornal aparece na notícia que Bette Lucchese faz sobre o saque que estava sendo feito em uma casa invadida. A imagem tratada para que o rosto das pessoas não aparecesse mostrava moradores entrando no domicílio e levando tudo o que era possível, desde móveis, colchões até torneiras. Um policial estava dentro da casa e ponderou: “Provavelmente a comunidade sabe que é de vagabundo que fugiu e tava saqueando”.¹⁹⁶ Este crime, este roubo, não é identificado como tal na edição da matéria. A população está se vingando e tomando o que não é mais do traficante, visto que todos concordam que ele não tinha o direito de possuir aqueles bens. O nexos do crime e da legalidade é alterado por conta dos parâmetros de justiça do caso. O final da matéria parece

¹⁹⁴ *Ibidem*

¹⁹⁵ *Ibidem*

¹⁹⁶ *Ibidem*

querer justificar aquela invasão de domicílio “Aqui na casa também tem, olha só, mesa de sinuca, uma churrasqueira, uma casa fora dos padrões dessa comunidade. Luxo que essas crianças talvez nunca tenham visto de perto”¹⁹⁷ – enquanto isso as crianças brincavam na piscina da casa.

O fato de aqueles bens deverem ser confiscados pelo Estado e administrados por ele através de atos judiciais – o que aconteceria em outras situações – não é cogitado, visto que não é ponto importante no todo do ocorrido. A favela, como já dito, é considerado local de pobreza e de ilegalidade. Aquele saque é, portanto, permitido porque acobertado pela convivência do policial e da repórter. Isto porque seria papel notável dela perguntar para o policial o que aconteceria com aquelas pessoas que estavam provocando um crime. No entanto, ficou claro mais uma vez que não era de interesse do Jornal confrontar a ação policial.

A questão do papel do jornalista nesta cobertura aparece na matéria seguinte como se estes profissionais tivessem a função de registro da realidade e acompanhamento fiel das ações, veiculando-as para o seu público que com certeza gostaria de presenciar aquela conquista. A matéria apresenta novamente todos os aparatos bélicos utilizados na invasão, com exaltação da festa militar que ocorreu na ação e jornalistas se protegendo justo com os oficiais do tiroteio – aparecem os blindados ultrapassando barreiras, homens atirando, casas sendo invadidas, policiais subindo nas lajes. A conquista do território pela polícia, portanto, se dá em paralelo à conquista do território pelos jornalistas. Nenhuma daquelas imagens seria possível sem esta parceria. Logo que o BOPE pisa no alto do morro, a repórter Bette Lucchese faz uma transmissão com entrevista ao vivo, enviada pela internet, do mesmo local. Esta simultaneidade reafirma a idéia de cumplicidade entre estas partes: apenas desta maneira o Jornal Nacional poderia executar esta cobertura. Igualmente, apenas com esta parceria a polícia teria apoio popular para executar esta operação. A guerra foi vencida a dois.

Ana Paula Araújo fala sobre a cobertura de domingo: “O Brasil pode acompanhar ao vivo os momentos marcantes desta operação policial, foram flashes na programação pra todo o país e oito horas e meia de transmissão ininterrupta para o Rio de Janeiro. A todo instante imagens históricas chegavam das equipes nas ruas”.¹⁹⁸ Esta formação midiática de acordo e controle fica clara com a possibilidade de feitura das imagens históricas, mas principalmente das imagens inéditas. O repórter Marcos Uchoa aparece sentado num sofá, na praça onde supostamente os traficantes costumavam se reunir, visto que lá havia um muro com a pintura

¹⁹⁷ *Ibidem*

¹⁹⁸ *Ibidem*

dos Irmãos Metralha¹⁹⁹ e as palavras: “Complexo do Alemão”. Esta exclusividade e construção imagética do local e da vida que os traficantes levavam geram uma impressão de certa ironia no ocorrido: os dominadores fugiram, a polícia venceu.

Este mesmo Marcos Uchoa teve exclusividade também para fazer uma série de matérias especiais para o Fantástico. Este repórter esteve na rua de terra por onde os bandidos fugiram da Vila Cruzeiro para o Morro do alemão, no dia seguinte do ocorrido. Esta possibilidade de gravação constrói em torno da reportagem confere credibilidade a esta aparente busca pelos interesses da população. No entanto, podemos supor que estes interesses são, ao contrário, criados por estas matérias. Ao ver a fuga dos criminosos das imagens feitas do helicóptero, a população não surgiu fazendo pedidos de imagens daquele local. Esta foi uma necessidade induzida: ninguém pediu, mas se temos a possibilidade, a curiosidade acaba nos envolvendo nesta narrativa – que fica parecendo ainda mais inovadora.

Uma série de depoimentos dados pelos repórteres do Bom dia Brasil daquela segunda-feira, dia 29, é reprisada no Jornal Nacional. Os profissionais falam sobre a sensação de medo e de vitória: “Você não sabia de onde vinha o tiro”,²⁰⁰ “Vitória contra a opressão”,²⁰¹ “A chegada das tropas, (...) a demonstração de força, o início todo da operação foi bem marcante”.²⁰² Os seus discursos correspondem àquele criado em torno da invasão. São eles os produtores e os receptores de seus próprios discursos. A construção subjetiva da guerra, do pânico e da conquista não emana deles para o seu público, mas se produz em conjunto. Os repórteres são seu próprio material de impressões e produção de subjetividade e por isso agregam o seu público, que se envolve tão pessoalmente quanto eles. Esta produção subjetiva não conspiratória de que tratamos nos capítulos anteriores é comprovada por esses depoimentos: eles apenas falavam do que acreditavam. O que faz questão é o que se acredita; como se elabora as narrativas de verdade; e porque estas e não outras.

A seguir, transcreveremos aquela que é a última matéria a ser estudada por nós.

Essa operação no Conjunto de Favelas do Alemão foi histórica, porque além de devolver a segurança a um dos pontos que era dos mais perigosos do Rio de Janeiro, essa operação espalhou um clima de confiança pela cidade toda. No Rio, a vida segue o ritmo de todos os dias: sob o sol, o povo caminha à beira-mar. Nas ruas, o movimento de quem segue para o trabalho, faz compras: uma segunda-feira como

¹⁹⁹ Os Irmãos Metralha formam uma quadrilha de ladrões atrapalhados das histórias em quadrinhos e dos desenhos animados da Disney. Fonte: Wikipedia. Disponível em; pt.wikipedia.org/wiki/Irmãos_Metralha. Acesso em 29/11/2011.

²⁰⁰ Jornal Nacional, *op.cit.*

²⁰¹ *Ibidem*

²⁰² *Ibidem*

em qualquer outra cidade. No fim de semana todos os olhos estavam voltados para um ponto no subúrbio. Na TV as imagens da guerra travada no Conjunto de Favelas do Alemão. No coração de cada um, a torcida pela paz. [Fala de turista:] “A gente passou dez dias aqui no Rio e tudo correu normalmente, tudo numa boa, bastante policial na rua, tá bem seguro”. Nas comunidades que viviam em conflitos, os moradores descobriram que a arma mais eficaz pra recuperar a segurança é o telefone. O disque-denúncia registrou recordes de ligações. As informações levaram a polícia à casa de luxo do traficante Polegar em plena favela, às prisões de um bandido que se disfarçou de mata-mosquito para tentar escapar do cerco; e ao traficante Zeu, um dos assassinos do jornalista Tim Lopes. [Fala de carioca:] “A gente fica mais tranqüilo, podemos sair do trabalho no horário correto... Eu to me sentindo muito feliz e muito satisfeita com essa retomada”. [Fala de estrangeiro:] O povo carioca é fora de série. Agora, tem que continuar e cada um tem que viver em paz”. Hoje, no burburinho da cidade, havia um clima diferente. [A jornalista aparece de colete à prova de balas:] Foi só parar um pouco para perceber que o povo do Rio está com um jeito mais confiante. Parece ter reencontrado um sentimento há muito tempo esquecido. Mais ainda pra quem vive aqui, uma área em que a violência sempre fez parte do cotidiano. [Fala de carioca:] “Acho que dessa vez... os poderes se uniram, né? Então... eu acho que agora vai”. [No VT, uma mulher mergulha no mar enquanto a repórter fala:] O mesmo sentimento de todo carioca que agora anseia pela paz. [Fala de carioca:] “Quando eles colocaram a bandeira lá em cima eu chorei. Porque realmente foi... [A mulher titubeia e a repórter completa:] “Muita emoção, né?”. [A mulher concorda:] “Muita emoção”. [A mulher chora] “A gente precisa disso, né? De paz. E vai ter. Acho que daqui pra frente é só isso. Paz”.²⁰³

Acreditamos que após a abordagem que fizemos até este ponto, organizando os pontos de preconceito e os nexos interpretativos opacos da cobertura que premiamos, seja muito pouco necessário uma análise minuciosa de suas frases feitas e seus votos de esperança. Sua linha argumentativa reconstrói o Rio de Janeiro como cidade maravilhosa e mantém a favela como o território de emanção de toda a violência da cidade, principalmente quando se trata do Complexo do Alemão. Este território, então, aparecerá como se vivesse a partir de agora uma nova era, libertado por meio da guerra contra o tráfico, através da união das forças de governabilidade. A repórter fará sua passagem de colete à prova de balas enquanto fala sobre tranqüilidade e vida nova. As dicotomias de bom e mau também aparecerão, onde o bom venceu e hasteou bandeira. Agora todos podem viver suas vidas normalmente, caminhar na orla e mergulhar na praia em plena segunda-feira, o povo carioca estará feliz.

Se partirmos das narrativas do Jornal Nacional é possível afirmar que vivemos em um contexto de conservação contingencial da vida e não de libertação dela.

²⁰³ *Ibid*, grifos nossos

6. Para tecer conclusões

E ainda que nos assuste muito existir assim sem um ponto de apoio, vivenciando a alternância dos prumos e desaprumos de nós mesmos, nossa enigmática viagem está confirmada e é intransferível.²⁰⁴

Este trabalho se dispôs a um atrevimento. Buscamos apontar alguns caminhos a respeito da construção dos homens como sujeitos, suas idiossincrasias e seus parâmetros construídos. Intuímos que a contingência capitalística está cercada de especificidades viciadas e inebriantes que acabam por conduzir a experiência dos homens no mundo. Esta existência que experimentamos e nossas cidades impossíveis, que são potencialmente infinitas, mas que se limitam facilmente dentro de nossos usos privados também foram abordadas. Chegamos então ao manuseio das práticas jornalísticas, seus agenciamentos e agendamentos interiores e sua construção imagética da cidade. Tratamos a questão da favela na mídia e partimos então para o entendimento do caso a que nos propomos. Como vemos o jornalismo, como ele quer ser visto? Passamos a analisar a cobertura premiada do Jornal Nacional sobre a invasão do Complexo do Alemão realizada há um ano. Talvez tenhamos podido nos aproximar das construções discursivas e tocá-las com a doçura e agressividade que cabiam neste contexto.

Ao analisarmos esta sequência de cinco dias de programa percebemos que, em comparação ao que se vê todo dia neste telejornal e em outros, a cobertura premiada não apresenta nada de inovador: repete as mesmas fórmulas e é igualmente preconceituosa. Incursões militares em favelas também não são novidade. A materialização de tudo isso num contexto de espetacularização do crime e de ufanismo consolidou a sensação de que a cidade atravessa um período de mudança – para melhor. Pode-se dizer que uma certa vontade de conquista da própria vida e do direito à felicidade parece estimular estas narrativas de vitória do bem sobre o mal. E premiá-las.

Encontramos nas leituras das matérias a prova empírica para a teoria de que estamos vivendo em mundo de preservação da vida acima de toda e qualquer experiência. Decidimos pela mediação moralizadora de nossos processos de experimentação, minando as práticas de se lançar diante da vida – aquela que respeita todas as possibilidades como propostas, não como verdade e que nos embalam na criatividade e nas intensidades de nossas relações: singulariza os nossos impulsos e nos conduz à constituição de liberdades possíveis.

Tentamos sublinhar o que está no cerne do jornalismo que assistimos, seus julgamentos opacos, sua dinâmica de credibilidade e esquecimento. Observamos

²⁰⁴ PRECIOSA, 2010, p.92

empiricamente os apoios e desconfianças dos discursos das reportagens, evidenciando uma longa carreira de medo do incerto e construção de esperanças salvadoras, depositáveis e pesadas diante de políticas públicas. Percebemos uma predileção pela violência simbólica dentro dos dispositivos sociais em vez do questionamento construtivo. Atestamos e detestamos admitir que visualizamos o povo como cliente do Estado. Encontramos dentro dos discursos estudados uma busca pelo governo da vida para territórios de fixação e fragilidade.

Um ano depois da invasão do Complexo do Alemão, no dia 28 de novembro de 2011, o Jornal Nacional fez uma matéria para mostrar como estava a situação da região e começou com a mesma descrição de região mais violenta da cidade libertada pelo Estado. No entanto, no interior de seus dois minutos e dezessete segundos de fama, o Complexo continua vivendo sob os fuzis dos soldados e uma ou outra guerra com os traficantes remanescentes. A Secretaria de Segurança faz promessas sobre a pacificação total mais uma vez.

A comunidade continua sem muitas melhorias estruturais, a não ser pelo teleférico que facilita a circulação no espaço e algumas obras de saneamento. O lixo voltou a se acumular no canto das ruas, assim como os jornalistas insistem em tentar deprender a realidade da favela com as perguntas defasadas. Neste caso, Lilia Telles perguntará o sentido da vida hoje nessa comunidade para os moradores, com o intuito de reforçar o seu vício: a vida está melhor, não temos mais medo. Outras dinâmicas, paralelas a esta repetição de impressões e discursos passam ao largo do interesse da repórter e da possibilidade de articulação dos sujeitos neste parágrafo da história da comunidade. Ainda não foi desta vez que ela foi ouvida.

Traçamos estes entendimentos não para tornar a vida uma catástrofe, mas para assumir um campo interpretativo, dar escopo e consistência àquilo que antes parecia apenas implicância. Trata-se de um exercício de libertação de análises prévias e frases prontas, uma investigação de possibilidades de análise desta que é uma construção midiática na qual não acreditamos, diante da qual nos indignamos. Trata-se, portanto, de uma experimentação da mobilidade e a construção de inteirezas.

Embora não estejamos, sem dúvida, nem na aurora de uma nova era nem no crepúsculo de um tempo passado, podemos, talvez, começar a discernir o rachar desse espaço de interioridade que foi uma vez seguro, o desconectar de algumas das linhas que formaram esse diagrama, a possibilidade de que, mesmo que não possamos desinventar a nós mesmos, possamos ao menos reforçar a questionabilidade das formas de ser que têm sido inventadas para nós e começar a inventar a nós mesmos de forma diferente.²⁰⁵

²⁰⁵ ROSE, *op.cit.*, p.198

7. Referências Bibliográficas

Livros

BECKER, Beatriz. *A linguagem do telejornal - um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro, E-papers, 2ed, 2005;

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *A Ordem do discurso*. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 13ed, 1996;

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro, PUC e Nau editora, 3ed, 2002;

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 19ed, 2004;

_____. *Segurança, território, população*. Curso dado no College de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008;

GUATTARI, Félix. *Caosmose – Um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1ed, 1992;

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2ed, 1986;

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 3ed, 2001.

PRECIOSA, Rosane. *Rumores discretos da subjetividade – sujeito e escritura em processo*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2010;

RAMOS, Silvia & PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007;

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1999;

_____. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre, RS, Ed. Sulina, 2006;

VERÓN, Eliseo. *Construir el acontecimiento*. Barcelona, Ed. Gedisa, 1995.

Artigos

CAIAFA, Janice. *Comunicação e diferença nas cidades*. Lugar Comum, v.1, n.18, p. 91-102, 2003;

COIMBRA, Cecília M. B. *Mídia e produção de modos de existência*. Psicologia Teoria e Pesquisa, v. 17, n. 1, p. 001-004, jan./abr. 2001;

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia Do. *Juventude Normatizada, Moralizada e Violentada: alguns modos de subjetivação contemporâneos*. In: BOCAYUVA, H.; NUNES, S. A. (org.). *Juventudes, Subjetivações e Violências*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, p. 41-50.

DOREA, Guga. *Gilles Deleuze e Felix Guattari: heterogênesse e devir*. São Paulo: Margem, n.16, p.91-106, 2002;

MALAGUTI, Vera. *Cidade do Rio de Janeiro: desassossegos e transbordamentos*. In: *Diálogos Cariocas*. 2009. Disponível em: http://www.dialogoscariocas.org.br/newsitefiles/docs/veramalaguti_01072009.pdf. Acesso em 28/11/2011;

MIRANDA, Luciana L. *Subjetividade: a (des)construção de um conceito*. In: SOUZA, Solange J. (org.). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 29-46;

ROSE, Nicolas. - *Inventando nossos eus*. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 137-204;

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires. 2005. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 28/11/2011;

VAZ, Paulo. *A mídia, a rotina e a vítima virtual*. In: BOCAYUVA, Helena; NUNES, Silvia Alexim (orgs.). *Juventudes, subjetivações e violências*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, v. 1, p. 129-146;

_____. *Um corpo com futuro*. In: PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo. (Org.). *O trabalho da multidão*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002, v. 1, p. 121-146;

VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; JULIÃO, Luciana ; CARVALHO, Carolina Sá . *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime*. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 95-103, 2005;

VAZ, Paulo; LISSOVSKY, Maurício; PECLY, Guilherme; FANTINATO, Maria; POMBO, Mariana. *Mídia, formação da opinião pública e voto popular: as narrativas de crime na TV e o referendo sobre o comércio de armas*. E-compós, v.8, 2007.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. *A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime*. Revista FAMECOS, v. 30, p. 71-80, 2005a;

_____. *Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crimes*. E-Compós, v. 4, p. 1-22, 2005b;

Blogs – artigos e postagens

FUGANTI, Luiz. *Aurora*. 2011. Disponível em:

<http://torneamento.blogspot.com/2011/11/cinema-nomade-com-murnau.html>. Acesso em 01/12/2011.

MALAGUTI, Vera. *O alemão é mais complexo*. In: Fazendo Média, artigo sucinto. 2011. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/o-alemao-e-mais-complexo/> (íntegra para download). Acesso em 01/12/2011.

Informações Verbais

FUGANTI, Luiz. *A judicialização como forma da governamentalidade contemporânea: confiscar, controlar, capitalizar e gerir as forças intensivas do homem*. In Primeiro Colóquio Internacional Michel Foucault: a judicialização da vida. Rio de Janeiro, UERJ, campus Maracanã, auditório 11, dia 05/10/2011. Disponível em: <http://vimeo.com/30399587>

MALAGUTI, Vera. *Judicialização da Vida e o Estado de Polícia*. In Primeiro Colóquio Internacional Michel Foucault: a judicialização da vida. 2011a. Rio de Janeiro, UERJ, campus Maracanã, auditório 11, dia 05/10/2011.

Outras referências

Princípios Editoriais das Organizações Globo. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>

Anexo 1

Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/10/06/prefeitura-tenta-tornar-abrigos-para-mendigos-mais-atraentes-enche-viadutos-de-pedras-925531504.asp#ixzz1dL7EiGuc>.

Acesso em 01/12/2011.

NEM PISCINA NEM ENTULHO RESOLVEM

Prefeitura tenta tornar abrigos para mendigos mais atraentes e enche viadutos de pedras

Publicada em **06/10/2011** às 23h40m

Rafaela Santos (rafaela.santos@oglobo.com.br)



RIO - Para acolher a população de rua, a prefeitura conta com 29 abrigos próprios e 28 conveniados, num total de 2.980 vagas. O secretário municipal de Assistência Social, Rodrigo Bethlem, admite que a evasão é muito alta - cerca de 90% de pessoas recolhidas voltam para as calçadas, bancos de praça, viadutos e areia da praia. Para tentar evitar o entra-e-sai, a prefeitura quer tornar as unidades mais atraentes. E as ruas, menos: a Comlurb está enchendo as áreas debaixo de viadutos com entulho para que elas não sirvam mais como dormitório.

A montanha de detritos, que substitui as pedras - outra tentativa de tornar os locais desconfortáveis -, não assustou na quinta-feira um homem que dormia se equilibrando no entulho depositado debaixo do Viaduto Trinta e Um de Março.

Um dos modelos a ser seguido é o do abrigo de Paciência, que, com 84 mil metros quadrados, conta com salas de aula, de informática, de jogos, biblioteca, enfermaria, refeitório, piscina e quadra poliesportiva.

O diretor da unidade, Paulo César Nascimento, acredita que, com a ampliação dos serviços que já são oferecidos, a rotatividade acabe:

- Muitos vêm aqui e depois voltam para rua. Alguns deles retornam e ficam de vez. Com esses novos serviços queremos ampliar as possibilidades dessas pessoas.

No abrigo de Paciência, que atende 300 pessoas, serão oferecidos cursos de qualificação profissional, prática de esportes e serviços de diversas secretarias. Quem chega no espaço participa de uma triagem e, depois, é encaminhado para o quarto. Caso seja dependente de drogas, é levado para um centro de reabilitação. Marcos Roberto M. Santos, de 28 anos, é um dos moradores da unidade que procurou ajuda para se livrar do crack. Ele disse que estava drogado há três dias no Jacarezinho quando decidiu ir atrás dos agentes que fazem o recolhimento.

- Fui acolhido há dois meses e levado para a reabilitação. Agora, faço o tratamento aqui. Também ajudo na sala de informática porque era auxiliar técnico - disse.



Outro abrigado é Marcelo Scarselli Santana, de 24 anos, que morou na rua durante um ano. Ele veio de Presidente Prudente, no interior de São Paulo, para trabalhar no Rio, mas não conseguiu emprego. Sem trabalho e dinheiro, a rua serviu de casa até a prefeitura levá-lo para o abrigo. Há oito meses no local, Marcelo diz que foi muito bem acolhido e as aulas de informática e reforço escolar o fizeram permanecer no lugar. Ele fica em uma ala especial para homossexuais e cita essa divisão como um ponto importante.

O abrigo de Paciência, que existe há quase um ano e meio, é dividido por alas. Além de quartos para homossexuais, há espaços separados para mulheres, homens, pré-idosos e idosos.

Marcelo ressaltou a importância desses diferenciais para sair da rua:

- Os homossexuais têm um espaço só pra eles, o que não existe em outros abrigos. Muitas das pessoas que vêm da rua não entendem a nossa opção sexual. Essa divisão não é preconceituosa, mas essencial para a nossa individualidade - ressaltou.

A Secretaria de Assistência Social também recebeu do governo do estado dois novos locais, no interior da Ceasa, em Irajá, e na Taquara, em Jacarepaguá, que serão transformados

em casas de acolhida e centros de reinserção social e empregabilidade. No total, serão mais 300 vagas com investimentos de R\$ 9 milhões.

Leia mais sobre esse assunto em © 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.